

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

ANDREY FELIPE ARAUJO SANTOS

**ADOÇÕES FRUSTRADAS:
os reflexos jurídicos da devolução de crianças e adolescentes adotados**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
2018**

ANDREY FELIPE ARAUJO SANTOS

ADOÇÕES FRUSTRADAS:
os reflexos jurídicos da devolução de crianças e adolescentes adotados

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Direito pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Professora Dr.^a Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias.

São Cristóvão
2018

ADOÇÕES FRUSTRADAS:

os reflexos jurídicos da devolução de crianças e adolescentes adotados

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Direito pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Professora Dr.^a Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Professora Dr.^a Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias

UFS - Orientadora

1º Examinador convidado

2º Examinador convidado

RESUMO

Tendo em vista os crescentes casos, no Brasil, de devoluções de crianças e adolescentes adotados, a presente monografia pretende abordar os reflexos desta prática no âmbito jurídico nacional. Para isso, utilizou-se de método dedutivo aplicado a uma abordagem qualitativa levantada a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental. Das lições doutrinárias e dos trabalhos científicos estudados, além dos ditames legais e jurisprudenciais, foi possível observar que as consequências jurídicas da devolução não se limitam às imediatas: interrupção do processo de adoção ou destituição do poder familiar. Faz-se, inicialmente, uma abordagem conceitual, histórica e legal a respeito do instituto da adoção, observando os princípios de proteção ao menor elencados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Expõem-se, também, o panorama atual acerca dos dados relativos às devoluções, os principais fatores de risco ao sucesso da adoção e a diferenciação entre a devolução aqui tratada e o crime de abandono. Discorre-se sobre o dano causado pelo retorno dos filhos adotivos aos abrigos, bem como sobre a possibilidade de responsabilização civil dos pais e de incidência da obrigação alimentar. São elencados, ainda, alguns casos concretos que habitaram o judiciário brasileiro e demonstram a ocorrência dos reflexos jurídicos abordados. Conclui-se, por fim, que podem ser consequências da devolução de crianças e adolescentes adotados a responsabilização civil dos pais adotivos; a incidência de obrigação alimentar e, em casos extremos, a revogação da adoção. Nota-se, também, que as duas primeiras podem ocorrer inclusive quando a devolução ocorre durante o estágio de convivência.

Palavras-chave: Adoção. Devolução. Crianças. Adolescentes. Família. Responsabilidade Civil.

ABSTRACT

In view of the increasing cases of returns of adopted children and adolescents in Brazil, this monography intends to approach the repercussions of this practice in the national legal framework. In order to do so, a deductive method was applied to a qualitative approach based on bibliographic research and documentary analysis. From the doctrinal lessons and the scientific works studied, besides the legal and jurisprudential dictates, it was possible to observe that the legal consequences of the return are not limited to the immediate ones: interruption of the process of adoption or destitution of family power. Initially, a conceptual, historical and legal approach is taken with regard to the adoption institute, observing the principles of protection of minors listed in the Federal Constitution and the Statute of the Child and Adolescent. It also shows the current picture of data about the returns, the main risk factors for the success of adoption and the differentiation between the return that is analyzed here and the crime of abandonment. It discusses the harm caused by the return of foster children to shelters, as well as the possibility of civil responsabilization of parents and incidence of food obligation. Some concrete cases that inhabited the Brazilian judiciary and demonstrate the occurrence of legal reflexes addressed are also listed. It concludes, finally, that the civil responsibility of the adoptive parents; the incidence of food obligation and, in extreme cases, the repeal of adoption can be consequences of the return of adopted children and adolescents. It is also noted that the first two can occur even when the return happens during the coexistence stage.

Keywords: Adoption. Return. Children. Adolescents. Family. Civil Responsibility.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. O INSTITUTO DA ADOÇÃO NO BRASIL	9
2.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	9
2.2. HISTÓRIA DA ADOÇÃO NO BRASIL.....	11
2.3. ADOÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	14
2.4. ADOÇÃO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	15
2.5. PODER FAMILIAR E OS REQUISITOS LEGAIS PARA A ADOÇÃO.....	17
3. A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS.....	21
3.1. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO AO SUCESSO DA ADOÇÃO.....	21
3.2. A DEVOLUÇÃO E SUA POSSIBILIDADE LEGAL	25
3.3. DEVOLUÇÃO E ABANDONO	29
4. REFLEXOS JURÍDICOS DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS.....	31
4.1. OS DANOS CAUSADOS PELA DEVOLUÇÃO	31
4.2. A RESPONSABILIZAÇÃO DOS PAIS ADOTANTES.....	34
4.3. A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	39
4.4. A POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DA ADOÇÃO	41
4.5. CASOS CONCRETOS E A VISÃO JURISPRUDENCIAL	43
4.5.1. Caso 1 – Estado de Santa Catarina.....	43
4.5.2. Caso 2 – Estado de Minas Gerais	45
4.5.3. Caso 3 – Estado de São Paulo	48
5. CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

A adoção, importante instituto jurídico, é tema recorrente de debates não só no espaço acadêmico, mas na sociedade como um todo. Em meio a diversos casos bem-sucedidos, há, infelizmente, muitos outros no quais as adoções são frustradas. Essas, mais especificamente as que resultaram na devolução das crianças e adolescentes adotados, tornaram-se objeto do presente trabalho, o qual procura entender quais são, além das consequências diretas de tal prática, as demais implicações jurídicas que dela derivam.

A importância de se analisar os reflexos jurídicos da devolução de menores adotados é evidenciada pela falta de estudos, no universo do Direito, acerca dessa matéria, quando a realidade atual demonstra um crescimento, ano a ano, das práticas de devolução. Num cenário como este, é dever do Poder Público e dos operadores do Direito procurar entender o problema e desenvolver medidas de prevenção que atenuem os riscos de insucesso das adoções, além de garantir, mesmo após a frustração da adoção, a proteção da criança e do adolescente, pautados nos direitos e princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas leis de proteção à criança. Para isso, é fundamental entender, dentre outros pontos relevantes, quais são as consequências jurídicas da devolução de crianças e adolescentes adotados.

O que se observa, porém, é que, embora tais casos sejam amplamente abordados por outras áreas de conhecimento, principalmente a psicologia, e embora eles estejam chegando com mais frequência ao nosso judiciário, pouco se fala sobre isso na doutrina e na legislação brasileira. Sequer são firmes, aliás, os posicionamentos da jurisprudência nesse assunto.

Para o desenvolvimento da pesquisa, então, partiu-se do pressuposto de que a devolução aqui tratada tem como efeitos imediatos a destituição do poder familiar, ou interrupção do processo de adoção, mas existem outros efeitos derivados, que perpassam pela responsabilização dos pais adotivos e até mesmo pela possibilidade de cancelamento da adoção.

O trabalho é pautado em revisão bibliográfica, tanto de grandes doutrinadores do Direito brasileiro quanto de artigos e trabalhos científicos pertencentes a essa e outras áreas de conhecimento, como as relativas à psicologia e ao serviço social. Houve, também, análise documental, voltada para a consulta à legislação, jurisprudência e reportagens dentro do tema trabalhado. Os resultados foram apresentados de forma qualitativa, ou seja, descrevendo a complexidade do problema em questão através de percepções e análises.

No primeiro capítulo, os esforços foram no sentido de analisar o instituto da adoção sob os aspectos conceitual, histórico e legal. Assim, traçaram-se os conceitos de adoção, sua natureza jurídica e história no ordenamento brasileiro, bem como sua relação com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos seus requisitos legais e demais conceitos necessários ao entendimento do processo de adoção.

Em seguida, abordou-se a devolução de crianças e adolescentes adotados propriamente dita. Para isso, inicialmente há explanações acerca desta prática e sua recorrência, seguidas pela discussão acerca dos fatores de risco ao sucesso da adoção. Faz-se, ainda, a necessária distinção entre a devolução e o crime de abandono.

O terceiro capítulo abriga o recorte da presente pesquisa, ou seja, destrincha as informações acerca dos reflexos jurídicos derivados da devolução de menores adotados, trazendo a responsabilização civil dos pais adotivos ante os danos causados ao menor; a possibilidade de imposição da obrigação alimentar, e até a cogitação do cancelamento – isto é – revogação da adoção. Consideram-se, ainda, três casos concretos do judiciário brasileiro, a fim de demonstrar quais são alguns dos posicionamentos da jurisprudência nessa matéria.

Por fim, são dispostas as considerações finais relativas aos resultados provenientes da pesquisa exploratória ora apresentada, no sentido de analisar o arcabouço de informações coletadas e constadas ao longo do presente texto.

2. O INSTITUTO DA ADOÇÃO NO BRASIL

2.1. ABORDAGEM CONCEITUAL

A adoção, embora comum ao cotidiano da nossa sociedade, possui nuances que merecem ser destacadas visando o bom desenvolvimento deste trabalho, bem como o seu entendimento. É, portanto, fundamental discutir esse instituto através de uma abordagem conceitual que traga não só suas definições, mas perpassasse também por sua origem histórica e sua natureza jurídica.

O instituto da adoção é, sem dúvidas, um dos mais antigos da história humana. O núcleo familiar é basilar do convívio social e neste cenário sempre houve e ainda há muitas crianças e adolescentes que, por razões diversas, não puderam crescer com seus pais. Embora moldada conforme os aspectos das regiões e das épocas nas quais foi observada, a adoção está presente em praticamente todas as civilizações, mesmo nas mais antigas – de hindus e egípcios a persas, hebreus, gregos e romanos. Inicialmente, o instituto era utilizado para dar seguimento ao culto familiar; hoje, contudo, tem aspecto puramente jurídico. Sobre o tema, aduz o magistrado Marcos Bandeira:

[...] a adoção surgiu da necessidade, entre os povos antigos, de se perpetuar o culto doméstico, estando assim ligada mais à religião que ao próprio direito. Havia, entre os antigos, a necessidade de manter o culto doméstico, que era a base da família, sendo assim, a família que não tivesse filhos naturais, estaria fada à extinção. (BANDEIRA, 2001, p. 17)

O historiador Fustel de Coulanges, com maiores detalhes do que acontecia em tempos antigos, ensina:

Adotar um filho, portanto, era velar pela continuidade da religião doméstica, pela salvação do fogo sagrado, pela continuação das ofertas fúnebres, pelo repouso dos manes dos antepassados. Como a adoção não tinha outra razão de ser além da necessidade de evitar a extinção do culto, seguia-se daí que não era permitida senão a quem não tinha filhos. (COULANGES, 2006, p. 46)

Segundo Sílvio de Salvo Venosa (2013, p. 281), podemos observar que “a Bíblia nos dá notícia de adoções pelos hebreus. Também na Grécia o instituto era conhecido como forma de manutenção do culto familiar pela linha masculina. Foi em Roma, porém, que a adoção difundiu-se e ganhou contornos precisos”.

Na Antiguidade, portanto, a adoção estava intimamente ligada aos anseios religiosos; mais tarde, de acordo com a doutrina majoritária, o Código de Hamurabi – surgido em meados do ano 1.750 a.C. – tornou-se o primeiro código jurídico a tratar do instituto da adoção. Em Roma, então, a adoção ganhou traços bem delineados, e nos dias de hoje desponta como importante forma de constituição do vínculo de filiação. Muitos doutrinadores debruçam-se sobre o tema, conceituando o instituto sob diferentes prismas.

Para Pontes de Miranda (2001, p. 217), “adoção é o ato solene pelo qual se cria entre o adotante e o adotado relação fictícia de paternidade e filiação”.

Maria Helena Diniz, por sua vez, explica que:

A adoção vem a ser o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha. (DINIZ, 2010, p. 522)

Esse é um conceito que se liga intimamente aos preceitos legais, posto que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), em seu artigo 41, dispõe:

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotando, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald, transpondo os conceitos legais, destacam uma importante lição:

Contemporaneamente, a adoção está assentada na ideia de se oportunizar a uma pessoa humana a inserção em núcleo familiar, com a sua integração efetiva e plena, de modo a assegurar a sua dignidade, atendendo às suas necessidades de desenvolvimento da personalidade, inclusive pelo prisma psíquico, educacional e afetivo. (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 908)

Por fim, segundo Maria Berenice Dias (2016, p. 792), “a adoção cria um vínculo fictício de paternidade-maternidade-filiação entre pessoas estranhas, análogo ao que resulta da filiação biológica”.

É possível observar que, quanto à natureza jurídica desse instituto, há divergência doutrinária. Enquanto alguns avaliam a adoção como um negócio jurídico, existem os que a

consideram um ato jurídico *stricto sensu*¹ e os que afirmam ser este um instituto de ordem pública. Segundo Flávio Tartuce (2017, p. 287), porém, "acaba prevalecendo o entendimento de que a adoção é um ato jurídico *stricto sensu* (art. 185 do CC/2002), pois os seus efeitos são apenas fixados em lei, tese que deve ser tida como majoritária".

Fato é que, apesar de o Código Civil de 1916 ter trazido a adoção como um ato solene e bilateral, a chegada do Código Civil de 2002 e do Estatuto da Criança e do Adolescente transmutou esse conceito, na medida em que passaram a ser exigidas declarações de várias vontades que não somente a do adotante e a do adotado, quais sejam: a dos pais biológicos, a dos pretendentes à adoção, a do adolescente maior de 12 anos, e a judicial, através da sentença. A legislação brasileira põe a adoção como medida excepcional e irrevogável, cabendo ao Estado, como ilustra o art. 1º, § 1º da Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010, de 2009), o papel de orientar, apoiar e promover socialmente a família natural, a qual deve abrigar as crianças e adolescentes.

Apesar da excepcionalidade, o instituto da adoção é amplamente verificado. Busca-se, através dele, um vínculo familiar totalmente novo, levando-se sempre em consideração o melhor interesse da criança ou adolescente adotando e o seu efetivo benefício, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.2. HISTÓRIA DA ADOÇÃO NO BRASIL

A adoção foi introduzida no Brasil a partir das Ordenações Filipinas, quando em 22 de setembro de 1828 foi promulgada a primeira lei a tratar do tema, ainda que de forma não sistematizada. Esse instituto chegou a ser abordado em outras leis do século XIX, como a Lei de 30 de novembro de 1841, o Regimento de 10 de junho de 1850, a Ordenação de 18 de outubro de 1852, o Regimento de 31 de março de 1874 e o Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, mas isso ocorreu sempre de forma incidental. Na prática, a legislação da época não era efetiva, e o estudo das psicólogas judiciárias Elza Dutra e Ana Andréa Maux ilustra o que aconteceu no país durante muito tempo:

Era comum haver no interior da casa das pessoas abastadas filhos de terceiros, chamados filhos de criação. A situação no interior da família não era formalizada, servindo sua permanência como oportunidade de possuir mão de obra gratuita e, ao

¹ O ato jurídico em sentido estrito pode ser entendido como aquele que gera efeitos jurídicos já previstos em lei, independentemente das partes interessadas.

mesmo tempo, prestar auxílio aos mais necessitados, conforme pregava a Igreja. (DUTRA; MAUX, 2010, p. 4)

Essa sistematização das leis relativas à adoção só chegou com a promulgação da Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916, quando, após 16 anos de acaloradas discussões, inaugurou-se o Código Civil Brasileiro. Os artigos 368 a 378 do referido Código tratavam do assunto, mas, embora a pretensão tenha sido facilitar o procedimento, o juiz de direito Gustavo Molon (2009) alerta para um efeito contrário causado pelos requisitos deveras restritivos impostos pela lei: o adotante precisava ser maior de cinquenta anos e não ter prole legítima ou legitimada; devia também ser, no mínimo, dezoito anos mais velho que o adotando; duas pessoas só podiam adotar em conjunto se fossem casadas; era necessário o consentimento da pessoa que detinha a guarda do adotando menor ou interdito. Frise-se, ainda, que era possível ao adotado desligar-se da adoção um ano após atingir a maioridade ou ter sido cessada a interdição. Além disso, o vínculo adotivo poderia se dissolver mediante vontade das partes ou ingratidão do adotado contra o adotante.

A adoção do Código Civil de 1916 era feita por escritura pública. O pátrio poder era transferido aos pais adotivos, mas os demais direitos e deveres advindos do parentesco natural permaneciam. Aliás, o vínculo da adoção era estabelecido apenas entre adotante e adotado, salvo no que se referia a impedimentos matrimoniais. Soma-se a isso, ainda, o tratamento diferenciado entre filhos naturais e adotivos quanto à partilha de bens.

A ideia do legislador era voltada a suprir os anseios das pessoas inférteis, e não de proteger a criança e o adolescente, garantindo-lhes o direito à convivência familiar. Prova disso é a exigência de que o adotante não tivesse filhos legítimos ou legitimados. Por essa razão, a adoção – sob o ponto de vista formal – permaneceu muito pouco utilizada.

Em 1927, o Decreto nº 17.943-A instituiu o primeiro Código de Menores do Brasil, mas ele não trouxe qualquer alteração relativa às adoções. Somente em 8 de maio de 1957, com a promulgação da Lei nº 3.133, é que os requisitos para a adoção foram modificados. A partir daquele momento, a idade mínima do adotante passou a ser trinta anos, e a diferença mínima de idade entre ele e o adotando, dezesseis anos. A possibilidade de adotar deixou de ser restrita a casais sem filhos, mas uma nova exigência surgiu: os adotantes deveriam ser casados há, pelo menos, cinco anos. As possibilidades de dissolução da adoção permaneceram, bem como as diferenciações sucessórias entre filhos biológicos e adotados.

Em 1965, uma grande novidade surgiu com Lei nº 4.655, responsável pela figura da legitimação adotiva. Essa nova modalidade passou a coexistir com a prevista pelo Código

Civil, alterada pela Lei nº 3.133 de 1957. A partir desse momento, tornou-se possível legitimar a adoção de crianças menores de sete anos que estivessem sob a guarda dos requerentes por mais de três anos. No caso dos que já eram maiores de sete anos, a legitimação adotiva era permitida se estes já estivessem sob a guarda dos legitimantes à época em que completaram essa idade. Aqui, o adotado adquiria os mesmos direitos dos filhos naturais, exceto em relação à sucessão, se concorresse com filho biológico superveniente à adoção.

Com o advento do novo Código de Menores, através da Lei nº 6.697, de 1979, a legitimação adotiva foi substituída pela chamada adoção plena, mas, como pontua Venosa (2013, p. 288), as características eram praticamente iguais. O referido autor traz informações importantes acerca do novo cenário:

Por um período, portanto, tivemos em nosso sistema, tal como no Direito Romano, duas modalidades, adoção plena e adoção simples. Esta última mantinha em linhas gerais os princípios do Código Civil. A adoção plena, que exigia requisitos mais amplos, por outro lado, inseria o adotado integralmente na nova família, como se fosse filho biológico. O assento de nascimento era alterado, para que não fosse revelada a origem da filiação, substituindo-se os nomes dos avós. (VENOSA, 2013, p. 288)

Informa Antônio Machado (1984, p. 115) que a adoção plena tinha por finalidade propiciar a integração do menor em situação irregular, declarado judicialmente em situação de abandono, numa família substituta, como se fosse filho de sangue. Apesar disso, persistia a distinção, para efeitos sucessórios, entre filhos biológicos e adotivos.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, consagrou-se o princípio da igualdade entre filhos, previsto em seu art. 227, § 6º, texto que põe fim a qualquer discriminação entre filhos adotivos e biológicos. Do mesmo modo, a nova Constituição determinou como diretriz a supervisão do poder público nos processos de adoção, inclusive nos casos de adotantes estrangeiros; um marco no sentido de que, pela primeira vez na legislação brasileira, vislumbrava-se a prevalência do interesse do menor no processo.

Em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, o princípio da proteção integral e demais mecanismos de proteção à criança e ao adolescente somaram-se aos ditames da Constituição Federal, o que refletiu, no que concerne à adoção, na observância de regras que procuravam simplificar este processo. A partir daquele momento, por exemplo, qualquer pessoa, casada ou não, poderia pleitear adoção, desde que respeitasse os requisitos. Até esse momento, conforme ensina Tartuce (2017, p. 286), havia

duas formas de adoção no ordenamento jurídico brasileiro: para os casos de crianças e adolescentes, a adoção plena, tratada pelo ECA; para os casos envolvendo maiores, a adoção simples, regulada ainda pelo Código Civil de 1916.

Com a virada do século XXI, veio o Código Civil de 2002, e este revogou completamente o anterior, encerrando a divisão supramencionada, na medida em que consolidou a matéria. A adoção passou a ser uma só, regida pelo Código Civil, até 2009, quando a Lei nº 12.010, conhecida como Lei Nacional de Adoção, introduziu novas mudanças ao ordenamento jurídico brasileiro. Essa lei não só revogou os dispositivos do Código Civil que tratavam da adoção, como quebrou muitas barreiras modificando amplamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, tornando-o também o único responsável pelo instituto.

Mesmo com todos os esforços da nova legislação, os processos de adoção ficaram marcados pela forte burocracia, amplamente criticada por juristas militantes da área. Com vistas a amenizar esse problema, foi publicada em 22 de novembro de 2017, por fim, a Lei nº 13.509, que trouxe em seu texto novos prazos e procedimentos para os processos de adoção, além de outras modificações.

2.3. ADOÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um período de proteção à criança e ao adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, alguns deles específicos das pessoas em desenvolvimento. Em seu artigo inaugural, a Lei Maior elenca como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado Democrático de Direito e guia máximo do cuidado dirigido a todas as pessoas, inclusive às crianças e aos adolescentes.

É no Título VIII, Capítulo VII, intitulado Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso que se encontram os temas relativos ao direito da criança e à adoção. O artigo 227 sintetiza diversos direitos fundamentais direcionados às crianças e adolescentes:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Como se observa, não só os direitos à vida, saúde e dignidade são priorizados, mas também o direito à convivência familiar, associado inclusive à proteção contra qualquer tipo de negligência e discriminação.

No art. 227, § 5º, a Constituição garante que "a adoção será assistida pelo Poder Público", e no parágrafo seguinte, § 6º, dispõe que "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Esse foi um marco para o ordenamento jurídico brasileiro, posto que até a promulgação da nova ordem constitucional havia distinções legais entre filhos, mormente em matéria sucessória. Maria Berenice Dias explica o dispositivo:

A partir do advento da nova ordem constitucional, que consagrou o princípio da igualdade da filiação (CF, 227, § 6.º), todos, independentemente da origem da filiação, passaram a gozar da condição de filhos, fazendo jus a idênticos direitos, ainda que tenham sido adotados antes da vigência da Constituição. (DIAS, 2016, p. 801)

Assim, a Constituição Federal de 1988 procura garantir a proteção integral do menor quando fixa o direito à convivência familiar, a presença do poder público nos processos de adoção e estabelece a igualdade jurídica dos filhos, tudo isso pautada no princípio da dignidade da pessoa humana, direcionando às crianças e adolescentes uma série de direitos fundamentais que se conectam, sempre, à adoção.

2.4. ADOÇÃO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990) surgiu como regulamentador dos direitos constitucionais de crianças e adolescentes brasileiros no início de um período em que estes passaram a ser vistos como sujeitos de direito. Esse documento foi de suma importância para a proteção à infância e juventude no país, posto que visou adequar a legislação infraconstitucional às disposições da Constituição de 1988 e aos parâmetros internacionais.

O ECA, associado à disciplina constitucional, consolidou uma série de princípios voltados à proteção de crianças e adolescentes, dentre os quais destacam-se, no que concerne

à adoção, o princípio do melhor interesse do menor e o da proteção integral. Nessa seara, destacam Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona que:

Em respeito à própria função social desempenhada pela família, todos os integrantes do núcleo familiar, especialmente os pais e mães, devem propiciar o acesso aos adequados meios de promoção moral, material e espiritual das crianças e dos adolescentes viventes em seu meio. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014, p. 81)

Em 2009, a Lei 12.010 foi responsável por uma série de mudanças em matéria de adoção, a maioria delas voltadas para o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se tornou o único regulador dos processos de adoção. Todos os acontecimentos em torno do Estatuto levaram a uma mudança importante de cenário, retratada por Cristiano Chaves e Nelson Hungria da seguinte forma:

A ideia de que a adoção era o mecanismo para conceder um filho a alguém que, biologicamente, não poderia ter foi afastada, prevalecendo a concepção do instituto como mecanismo de colocação em família substituta, consubstanciando o direito à convivência familiar e à proteção integral do adotado. (CHAVES; HUNGRIA, 2015, p. 907)

Numa análise acerca do processo de adoção trazido pelo ECA, Maria Berenice Dias (2016) defende que a burocracia é o grande problema da lei, na medida em que são "impostos enormes e intransponíveis obstáculos para que a mãe não abra mão daquela criança que gestou sem a querer" (2016, p. 790). Sobre os méritos do diploma, ela aponta:

Mas a lei tem méritos. Assegura ao adotado o direito de conhecer sua origem biológica e ter acesso ao processo de adoção (ECA, 48). Garante aos pais o direito de visitas e a manutenção do dever de prestar alimentos aos filhos quando colocados sob a guarda de terceiros (ECA, 33, § 4.º). Há mais. Os grupos de irmãos devem ser colocados sob adoção, tutela ou guarda na mesma família substituta (ECA, 28, § 4.º). É preferente a colocação de crianças indígenas ou provenientes de quilombo junto à sua comunidade ou membro da mesma etnia (ECA, 28, § 6.º, II), devendo ser ouvido o órgão federal responsável e antropólogos (ECA, 28, § 6.º, III). (DIAS, 2016, p. 815)

De acordo com a autora, contudo, a Lei da Adoção não conseguiu alcançar os objetivos, acabando por impor mais obstáculos à sua concessão. Comenta ainda que o princípio do melhor interesse da criança é por vezes esquecido, quando juízes e promotores procuram esgotar todos os esforços para manter a criança com os pais ou com a família natural ou extensa. Quando não é possível a manutenção com os pais, "são feitas demoradas

buscas de parentes que nem conhecem a criança. Só após incessantes e infrutíferas tentativas é que tem início o demorado processo de destituição do poder familiar" (2016, p. 790). Não bastassem esses entraves, acrescenta a jurista que, para se candidatar à adoção, o próprio adotante tem de se submeter a um exaustivo processo.

Com o advento da recente Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, os prazos foram, em geral, encurtados, e algumas disciplinas importantes foram acrescentadas. Hoje, o art. 39, § 3º do Estatuto dispõe que "em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando"; reforça-se, portanto, o princípio da prevalência dos interesses do adotando. Fica estabelecida também a prioridade no cadastro de pessoas interessadas em adotar crianças com deficiência, doença crônica ou necessidades específicas de saúde, e também das interessadas em adotar grupos de irmãos. Destaca-se, além disso, o novo parágrafo do artigo 47, que estabeleceu prazo máximo para conclusão da ação de adoção: 120 dias, prorrogável por mesmo período.

Nota-se ainda que o princípio da igualdade jurídica entre os filhos, inserido pela Constituição Federal de 1988, foi reforçado pelo ECA, em seu artigo 41, quando se determina que a adoção enseja a aquisição do status de filho ao adotado, e este passa a ter os mesmos direitos e deveres que teria como filho biológico.

Portanto, a adoção pleiteada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é aquela que visa garantir ao menor o seu direito constitucional ao convívio familiar, indispensável ao seu desenvolvimento, sempre em consonância com uma série de princípios de proteção da criança e do adolescente.

2.5. PODER FAMILIAR E OS REQUISITOS LEGAIS PARA A ADOÇÃO

Tendo em vista que a adoção promove a criação de um novo vínculo de filiação totalmente dissociado do anterior, é necessário que haja a destituição do poder familiar anterior à adoção, ainda que seja decretada na mesma sentença. Segundo Sílvio de Salvo Venosa (2013, p. 313), o poder familiar, anteriormente chamado de pátrio poder, e que hoje vem sendo chamado também de autoridade parental, pode ser entendido "como o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais com relação aos filhos menores e não emancipados, com relação à pessoa destes e a seus bens". Sobre esse instituto, Maria Berenice Dias destaca que ele deve ser exercido conforme interesse do filho:

Não se trata do exercício de uma autoridade, mas de um encargo imposto por lei aos pais. O poder familiar é sempre trazido como exemplo da noção de poder-função ou direito-dever, consagradora da teoria funcionalista das normas de direito das famílias: poder que é exercido pelos genitores, mas que serve ao interesse do filho. (DIAS, 2016, p. 756)

Quando há inobservância das prerrogativas do exercício do poder familiar, é papel do Estado intervir, visando garantir a proteção da criança ou do adolescente. Numa importante distinção terminológica, a jurista explica a diferença entre perda e extinção do poder familiar:

"Perda é uma sanção imposta por sentença judicial, enquanto a extinção ocorre pela morte, emancipação ou extinção do sujeito passivo. Assim, há impropriedade terminológica na lei que utiliza indistintamente as duas expressões. A perda do poder familiar é sanção de maior alcance e corresponde à infringência de um dever mais relevante, sendo medida imperativa, e não facultativa. (DIAS, 2016, p. 770)

A adoção faz parte de ambos os contextos. As hipóteses de extinção e de perda do poder familiar são trazidas, em rol exemplificativo, respectivamente, pelos artigos 1.635 e 1.638 do Código Civil. No art. 1.635, o inciso IV aponta a extinção "pela adoção"; já no caso do art. 1.638, o inciso V, inserido pela Lei 13.509 de 2017, destaca a possibilidade de perda por "entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção". De toda forma, é requisito da adoção a prévia destituição do poder familiar. Além disso, de acordo com Maria Helena Diniz (2010, p. 525), para a efetivação da adoção, será imprescindível também a verificação dos demais requisitos a seguir expostos.

Primeiramente, o adotante deve contar com mais de dezoito anos, e seu estado civil não importa quando se trata de adoção singular (art. 42, *caput* do ECA). Quando, no entanto, tratar-se de adoção conjunta, realizada por casal, este deve estar ligado por matrimônio ou união estável e deve haver a comprovação da estabilidade familiar (art. 42, § 2º do ECA). Ambas as redações foram trazidas ao Estatuto pela Lei de Adoção de 2009 – Lei nº 12.010.

Quanto à diferença mínima de idades, conforme o art. 42, § 3º do ECA, aquele que pretende adotar deve ser pelo menos dezesseis anos mais velho que o adotando, "por ser imprescindível que o adotante seja mais velho para que possa desempenhar cabalmente o exercício do poder familiar" (DINIZ, 2010, p. 529). Em caso de adoção por casal, é suficiente que um dos cônjuges ou conviventes cumpra esse requisito.

Fazem-se necessários, também, os consentimentos do adotante, do adotado e de seus pais ou seu representante legal, de acordo com disposições do art. 166 do Estatuto da

Criança e do Adolescente², não cabendo suprimento judicial. Quando a adoção for de criança, ou seja, pessoa menor de 12 anos, o consenso é dado pelos pais ou pelo representante legal, ao passo que, no caso de adolescente, é ele mesmo quem deverá manifestar a concordância. Aduz Maria Helena Diniz, acerca desse requisito, que:

O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente, se seus pais forem desconhecidos ou tiverem sido destituídos do poder familiar (Lei n. 8.069/90, art. 45, § 1º). Não haverá, portanto, necessidade do consentimento do representante legal nem do menor, se se provar que se trata de infante que se encontra em situação de risco, (...) ou de menor cujos pais sejam desconhecidos, estejam desaparecidos e esgotadas as buscas, ou tenham perdido o poder familiar, sem nomeação de tutor. (DINIZ, 2010, p. 529)

São requisitos, ainda, a intervenção judicial (art. 47 do ECA), haja vista aperfeiçoar-se a adoção somente diante do juiz, em processo judicial, com a participação do Ministério Público, e a irrevogabilidade (art. 39, § 1º do ECA, incluído pela Lei nº 12.010, de 2009), sendo esta uma das premissas da excepcionalidade desse instituto.

O sexto requisito é o estágio de convivência (art. 46 do ECA), protagonista nos casos de devolução de crianças e adolescentes em adoção. Ele é determinado conforme prazo fixado pelo juiz, que deve observar as peculiaridades do caso concreto. A Lei 13.509 de 2017 acrescentou ao dispositivo um prazo máximo de convivência de 90 dias, prorrogável por igual período, além de ditar que a idade da criança ou adolescente também deve ser observada quando da fixação desse prazo. Dispõem os §§ 1º e 2º do referido artigo, ainda, que há possibilidade de dispensa do estágio de convivência quando o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante por um período suficiente à avaliação dessa convivência e da constituição do vínculo. A guarda de fato não tem o condão de gerar dispensa do estágio de convivência.

Quando tratar-se de tutor ou curador que pretende adotar seu pupilo ou curatelado, a ele é necessário a prestação de contas da administração e pagamento dos débitos (art. 44 do ECA). Já nos casos em que ex-companheiros divorciados ou separados desejam adotar, conjuntamente, pessoa que conviveu com eles durante a vigência do casamento ou da união estável, é preciso que se estabeleça acordo sobre guarda e regime de visitas (art. 42, § 4º do ECA, em redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

Assim, uma vez destituído o poder familiar, devem estar presentes todos os requisitos necessários à adoção apresentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,

² Todos os dispositivos do art. 166 do ECA foram alterados ou inseridos pelas Leis 12.010/09 e 13.509/17.

ajustado conforme as alterações e novos dispositivos trazidos pela Lei nº 12.010 de 2009 e pela Lei nº 13.509 de 2017.

3. A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS

3.1. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO AO SUCESSO DA ADOÇÃO

O processo de adoção no Brasil, embora venha se aperfeiçoando com o passar dos anos, ainda enfrenta sérios problemas. Alguns, de ordem formal, resultam em burocracia e dificuldades para que se conclua as etapas procedimentais. Outros, que perpassam por questões pessoais e sociais, representam um verdadeiro desafio à conclusão bem-sucedida do processo. Ainda que a lei o regule, existem relações interpessoais muito complexas inseridas no contexto da adoção, e é isso que, na maioria das vezes, provoca a devolução de crianças e adolescentes adotados aos abrigos.

Em primeiro lugar, sabe-se que são muito elevadas as expectativas tanto dos pretendentes à adoção, quanto das crianças e adolescentes que esperam receber um lar. Por conseguinte, abrem-se muitas portas às futuras frustrações derivadas da adoção. Aos adotantes, o impacto inicial está muitas vezes no desejo de um atendimento imediato, quando na verdade a adoção demanda um longo processo. É o que relata Hália Pauliv de Souza:

Os candidatos à adoção (pretendentes, também chamados de postulantes) são casais, pares homoafetivos ou solteiros, que colocaram no seu projeto de vida constituir uma família. O tempo vai passando, nada acontece rápido como desejariam e se revoltam piorando seu estado emocional. Desejam se dedicar a uma criança, torná-la um cidadão e lhes parece que seu projeto não vai adiante. (SOUZA, 2012, p. 41)

Além disso, são profundas as suas expectativas sociais e psicológicas, o que as torna um fator de risco para a boa relação com o novo filho. Sobre esse problema, aduzem Jane Riede e Giana Sartori:

Expectativas são criadas quando se pensa em adotar uma criança, tanto pelos pretensos pais quanto pelo adotado; essas ilusões podem levar a decepções que acarretarão infelicidades entre as partes. É preciso que os adotantes tenham consciência de que para o Judiciário, o processo termina com a sentença, mas na vida dos envolvidos está apenas começando. Importante acreditar que mesmo que ela venha para a sua casa com dias, meses ou anos, a vida dela começou no dia do nascimento, e trará consigo uma história que deverá ser respeitada. (RIEDE; SARTORI, 2013, p. 147)

Os menores institucionalizados, em sua maioria vítimas de sucessivas formas de abandono, enxergam na adoção, a qual esperam com ansiedade, a única possibilidade de obter um futuro próspero e feliz. Como pontua a advogada Sílvia Morelli (2016, p. 79), a criança ou

adolescente que passa pelo processo de adoção "guarda em seu peito um turbilhão de profundas emoções impossíveis de serem aquilatadas por quem quer que seja estudioso no assunto". A psicóloga Maria Ghirardi, ao tratar da devolução de crianças e adolescentes adotados, explica:

Na tentativa de recuperar aspectos perdidos de seu próprio narcisismo e assim se verem ressarcidos, os adotantes tendem a superestimar as características da criança a ser adotada e também a adoção, vista como uma saída mágica e onipotente para a superação das próprias perdas. Fenômeno inconsciente e muito frequente na experiência clínica com a adoção, a idealização tende a desencadear imensas frustrações tanto nos pais como nos filhos adotivos. Quando presente, é geradora dos sentimentos de fracasso, uma vez que a criança, apesar de suas constantes tentativas, não consegue preencher as expectativas que os pais colocam sobre ela. Dessa forma, as expressões de sua subjetividade, evidência da alteridade, não poderão ser por eles aceitas e reconhecidas dentro de um campo familiar. Alijada das manifestações que refletem sua singularidade, não será possível à criança ascender à sua própria dimensão subjetiva e singular. (GIRARDI, 2009, p. 68)

Associados à expectativa, estão os problemas de convivência, que podem ocorrer tanto no período inicial de adaptação da família quanto ao longo do crescimento da criança adotada. Quando se trata de adoção tardia³, os problemas de convivência são mais comuns, e por isso os pretendentes "relutam em aceitar a adoção de crianças maiores, por temerem seus traumas anteriores, decorrentes de sua vivência em instituições de acolhimento ou no contato com as famílias biológicas" (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006, p. 291). Para garantir melhores resultados, faz-se valioso o acompanhamento das equipes interprofissionais da justiça infanto-juvenil e dos grupos de apoio à adoção nos primeiros meses de convivência da nova família. Lídia Weber destaca a importância desses grupos:

Nos últimos 10 anos, pais e filhos adotivos têm passado a organizar-se em Grupos de Apoio à Adoção, associações geralmente formadas por voluntários que doam o seu tempo com o objetivo de fomentar uma consciência para o papel social da adoção no país, ou seja, compreender a adoção como a busca de uma família para uma criança abandonada, visando primordialmente o interesse da criança e não somente para resolver o desejo dos adultos por um bebê. (WEBER, 2005, p. 63-64)

No contexto da adoção, a origem da criança ou adolescente adotado ganha, constantemente, grande relevância. Segundo Ghirardi (2009, p. 69), "na adoção a origem é uma fonte de enigmas e desperta fantasias específicas nos adotantes, uma vez que a criança foi procriada por outra dupla de pais, sobre quem muitas vezes nada se conhece". Acrescenta

³ Entende-se por tardia a adoção de criança maior de 02 (dois) anos.

a psicóloga que o filho pode ser visto com estranheza pelos pais, o que resultaria, no imaginário destes, em fantasias ligadas à devolução do menor:

A devolução é um fato possível em algum momento e fantasiado em outros, sobretudo quando ocorrem conflitos com a criança. Esta é a razão pela qual ela é experimentada como um grande temor. A criança 'sabe' que a devolução pode vir a se constituir, pois viveu uma experiência anterior de ruptura com a família original. Os pais adotivos reconhecem, em alguma medida, outro par de genitores, os procriadores dessa criança, a quem se remetem na fantasia das origens do filho adotivo. (GHIRARDI, 2008, p. 69)

Salientam Schettini, Amazonas e Dias (2006, p. 291), que "a família biológica precisa perder o significado de fantasma persecutório e reconquistar aquele espaço de visibilidade necessário para ser integrada à experiência adotiva". Nesse sentido, cabe destacar que o artigo 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em redação dada pela Lei 12.010 de 2009, procurou assegurar às criança e adolescentes adotados o direito de conhecer sua origem biológica:

Art. 48 O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

Ainda na seara dos fatores de risco ao sucesso da adoção, merece destaque a adoção por altruísmo. É comum que o desejo de adotar parta do sentimento de beneficência, quando os pretendentes à adoção enxergam no instituto a possibilidade de salvar uma criança abandonada, praticando assim toda a sua bondade. Apesar de parecer um gesto nobre, este pensamento é perigoso e pode colocar em xeque a estrutura da nova família. São palavras de Maria Ghirardi acerca do assunto:

A adoção que é motivada por sentimentos de altruísmo e neles se sustenta ocasiona dificuldade nos pais para colocar os limites necessários e conter os comportamentos indesejáveis da criança, intensificando os conflitos já existentes na relação. Sem saber como exercer uma lei que seja efetiva, a devolução da criança ficaria colocada para os pais como única saída possível. Dentro da lógica altruísta, sobre a criança recai a exigência de retribuir a 'bondade' de seus pais adotivos, e as imensas expectativas com relação ao seu comportamento se tornam geradoras dos desdobramentos mencionados anteriormente. (GHIRARDI, 2009, p. 69)

Aponta a autora, ainda, que o altruísmo, no contexto da adoção, representaria "uma reação defensiva à vivência dolorosa diante dos sentimentos de desvalorização que os

adotantes experimentam com a infertilidade" (GHIRARDI, 2009, p. 69). Schettini, Amazonas e Dias, em um estudo sobre famílias adotivas, destacam os problemas ocasionados pela infertilidade:

É comum os casais inférteis sentirem-se discriminados socialmente por não poderem gerar filhos, percebendo-se diferentes daqueles que o conseguem. A necessidade de similitude é inerente ao ser humano e é compreensível o desejo de neutralizar o desconforto da diferença. Entretanto, a opção pela adoção deverá ser uma decisão pessoal refletida e amadurecida, que não tenha por objetivo satisfazer pressões sociais e familiares. (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006, p. 288)

A necessidade de reflexão reside no fato de a adoção realizada em virtude da infertilidade do casal ter uma grande tendência a ser sentimentalmente complexa, pois origina-se de um processo bastante doloroso. Riede e Sartori (2013, p. 147), destacam a angústia gerada pela condição de não poder gerar filhos:

A esterilidade, muitas vezes sentida como castigo, é vivida com muita frustração e dor, com sentimentos de esvaziamento, improdutividade, inutilidade e humilhação [...] isso pode se estender para um vazio que ocupa todo o espaço vital – “sem filhos a vida não tem sentido”. (apud MALDONADO, 2001, p. 35)

Apontam Schettini, Amazonas e Dias (2006, p. 288) que “assumir a infertilidade é uma experiência potencialmente estressante, que origina uma sobrecarga psicológica elevada para o casal”. Hália de Souza destaca a importância e a dificuldade do trabalho preparatório de casais inférteis:

O trabalho preparatório desenvolvido pelas Equipes Técnicas e Grupos de Apoio à Adoção é difícil. Os candidatos estão com raiva, tristeza e culpa pela infertilidade. São pressionados pelos familiares, amigos, colegas de trabalho com as célebres perguntas: "quando vem o neném?". São convidados para os eventos sociais, aniversários, batizados, sentem inveja, ficam decepcionados, frustrados pelos tratamentos e espero" (SOUZA, 2012, p. 99)

É nesse contexto que a criança ou adolescente adotado passa a ser visto como grande solução para a angústia dos pais, ávidos por corresponder aos padrões sociais e às pressões da família; em meio às fantasias por eles criadas, o sucesso da adoção é posto em xeque.

Segundo Riede e Sartori (2013, p. 149), os postulantes à adoção "geralmente são pessoas com casamento estável, classe média-baixa e idade entre 30 e 40 anos". Diante de todas as responsabilidades, inclusive financeiras, que um filho importa, a condição econômica

dos adotantes representa, também, um elemento estruturante na consagração do processo de adoção. Em certos casos, os problemas econômicos podem levar à ideia da devolução.

São, portanto, diversos os fatores que podem levar à frustração da adoção. Na medida em que eles são verificados, aumenta-se o risco de ocorrer o novo abandono, materializado pela devolução das crianças ou adolescentes adotados.

3.2. A DEVOLUÇÃO E SUA POSSIBILIDADE LEGAL

Embora adoção seja um tema bastante abordado no Brasil, os casos de devolução são, ainda, timidamente analisados e debatidos. Poucos são os dados oficiais acerca do número de crianças e adolescentes devolvidos durante ou após os processos de adoção. Ainda que o Conselho Nacional de Justiça mantenha o cadastro de todos os menores disponíveis à adoção no país, não há registros sobre as adoções frustradas pela devolução. De acordo com o IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família, no entanto, casos assim estão acontecendo com frequência⁴. Comentam as psicólogas Lídia Levy, Patrícia Pinho e Márcia de Faria que:

A “devolução de crianças” e suas consequências tem sido uma preocupação constante para os técnicos que trabalham nas Varas de Infância e Juventude. Contudo, são poucos os estudos que abordam o tema da entrega de crianças e/ou adolescentes ao Juizado por aqueles que estavam com sua guarda ou pretendiam sua adoção. (LEVY; PINHO; FARIA, 2009, p. 59)

Sílvia França de Souza Morelli (2016, p. 83), abordando o referido tema, ressalta que “não há estatísticas oficiais, no entanto, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina revelou, em 2011, que cerca de 10% das crianças abrigadas em situação de conflito familiar no Estado seriam oriundas de adoções que não deram certo”.

De acordo com reportagem de Graziela Azevedo (2017), “entre 2014 e 2015, quase 200 crianças adotadas foram devolvidas aos abrigos, em São Paulo”. Em matéria sobre o assunto, Thays Lavor (2017) divulgou que, entre 2012 e 2017, houve 172 registros de devoluções nos onze estados que lhe forneceram dados. Infelizmente, ainda não há um acompanhamento unificado, de âmbito nacional, à respeito dessa problemática. Sobre dados estatísticos, aponta de Souza:

⁴ IBDFAM. Casos de devolução de crianças adotadas revelam deficiências no sistema e na lei. Disponível em: <<http://ibdfam.org.br/noticias/5660/Casos+de+devolu%C3%A7%C3%A3o+de+crian%C3%A7as+adotadas+rev+elam+defici%C3%A2ncias+no+sistema+e+na+lei>>. Acesso em: 10 de Março de 2018.

No Brasil não existem estatísticas precisas sobre a situação (mais estatísticas que faltam em nosso país...), mas dados americanos (o povo que mais faz adoções no mundo) mostram uma média de 3% a 12% de interrupções nas adoções; quando se analisam os dados apenas entre adoções tardias (adolescentes de 12 a 17 anos) o percentual pode subir para 25% de interrupções. (SOUZA, 2012, p. 8)

Apesar da falta de dados no Brasil, porém, é indiscutível a importância dos esforços, sobretudo do Poder Público, no sentido de evitar que casos como esses se multipliquem. Numa exposição sobre o tema, prossegue Hália Pauliv de Souza, que é mãe adotiva e militante da causa da adoção:

Devolução é uma palavra ampla e generalizada para este fenômeno e contempla pelo menos dois casos distintos: a “interrupção” e a “dissolução”. A literatura internacional denomina “interrupção” da adoção quando os adotantes desistem de completar o processo antes de a adoção ser legalmente efetivada (...). Fala-se em “rompimento ou dissolução”, quando ocorre a entrega da criança após a adoção efetivada e legalizada. O segundo caso é mais grave porque entende-se que houve maior tempo de convívio e, portanto, maior dor acarretará aos envolvidos, em especial à criança ou ao adolescente. (SOUZA, 2012, p. 8)

A interrupção ou dissolução da adoção costuma provocar imensuráveis danos, especialmente psicológicos, tanto para as crianças e adolescentes devolvidos quanto para os adotantes. Para aqueles, a dor de retornar ao abrigo vem junto ao fim do sonho de ter um lar, à sensação de fracasso por não ter correspondido aos anseios dos pais e à carga emocional de um novo abandono. Ser adotado, para essas crianças e adolescentes, é como ganhar uma nova chance de enxergar o futuro; a devolução encerra esse olhar. Levy, Pinho e Farias (2009, p. 60) concluem que “as devoluções apontam para um fracasso que atinge a todos os envolvidos no processo, principalmente às crianças que, na maior parte das vezes, acabam sendo responsabilizadas pela decisão tomada pelos adultos”.

De outro lado, desistir da adoção tende a ser extremamente dolorido também para os adotantes, pois esta decisão costuma ser fruto de um processo no qual imperam os cansaços físico e emocional. Uma vez que enfrentam esse conflito interno, resta ainda o remorso por ter devolvido o menor a um abrigo. Maria Ghirardi, tratando do tema, explica que:

Ao instaurar uma ruptura do laço afetivo, a devolução significa uma experiência que reedita para a criança sua história de abandono e, para os pais, apesar de representar um alívio momentâneo, significa uma vivência carregada por culpas e angústias. Diante desse panorama, não é difícil imaginar as importantes intensidades de sofrimento psíquico envolvidas. (GHIRARDI, 2009, p. 67)

Como se sabe, a devolução pode ocorrer antes ou depois de concluído o processo de adoção. A primeira possibilidade diz respeito ao estágio de convivência, requisito que está

previsto no art. 46 do Estatuto da Criança, alterado pela Lei 13.509 de 2017. Seus primeiros parágrafos dispõem:

Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

§ 1º O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.

§ 2º A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

§ 2º-A O prazo máximo estabelecido no caput deste artigo pode ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

O legislador conferiu grande importância à referida fase do processo de adoção. Sua presença se dá por conta das peculiaridades que envolvem cada caso dentro desse complexo instituto, e a intensão é permitir a adaptação da nova família, observado o convívio entre os adotantes e adotados, de modo que, com a assistência e supervisão da equipe interdisciplinar responsável, possa o Poder Judiciário definir o deferimento, ou não, da adoção. A advogada Sílvia Morelli comenta:

Essa previsão no trâmite do procedimento de Adoção explica a preocupação da lei em relação às crianças e adolescentes que se encontram na orfandade, e serão apresentados a uma nova situação. Sendo assim, na esteira da compreensão quis a lei promover entre os envolvidos a possibilidade de enxergar-se mutuamente ainda que de forma não definitiva, porém quem sabe, melhor que outrora. (MORELLI, 2016, p. 78)

Segundo Eunice Ferreira Rodrigues Granato, o estágio de convivência é imprescindível para que sejam afastadas as adoções precipitadas:

Esse estágio é um período experimental em que adotando convive com os adotantes, com a finalidade precípua de se avaliar a adaptação daquele que a família substituta, bem como a compatibilidade desta, com a adoção. É de grande importância esse tempo de experiência, porque, constituindo um período de adaptação do adotando e adotantes à nova forma de vida, afasta adoções precipitadas que geram situações irreversíveis e de sofrimento para todos os envolvidos. (GRANATO, 2014, p. 84)

Antes do advento da Lei 13.509/2017, contudo, o período de convivência estendia-se por quanto tempo achasse necessário o magistrado. A demora excessiva era um comum problema, de modo que os adotandos passavam muitos meses, e por vezes anos, sob a condição insegura e frágil do estágio de convivência. As alterações na legislação parecem

acompanhar o pensamento de Sílvia Morelli, na medida em que evitam prolongar o estabelecimento de laços de afetividade que podem ser desfeitos com facilidade:

A compreensão do Estágio de Convivência ultrapassa muito mais do que uma linha reta definida na lei, em seu íntimo, ele tenta promover a irradiação da Afetividade entre os envolvidos, esse sentimento que já deve se encontrar definido nas pessoas sob pena de embarçar qualquer processo. (MORELLI, 2016, p. 79)

Esse é, portanto, o momento decisivo de estabelecimento do vínculo entre as partes da adoção. Caso não haja sucesso, é ainda permitido aos adotantes desistirem do processo, ou, observada a incompatibilidade na convivência, a adoção pode ser indeferida pelo juízo competente. Maria Helena Diniz (2010, p. 537) aduz que “a adoção só se consuma com o assento da sentença constitutiva, que se perfaz com a sua averbação à margem do registro de nascimento do adotado, efetuada à vista de petição acompanhada da decisão judicial”.

Uma vez concluído o processo, a adoção, conforme art. 39, § 1º do ECA, é irrevogável. Nesse momento, adotantes e adotados tornam-se pais e filhos, protagonistas de uma relação que já não admite a devolução. Fábio Lorensi e Elimar Szaniawski destacam:

Mister ressaltar que referida irrevogabilidade tem como pressuposto e fundamentação de que “adoção tem por principal objetivo agregar de forma total o adotado à família do adotante, e, como consequência, corre o afastamento em definitivo da família de sangue, de maneira irrevogável”, ou seja, o ingresso na família que adota é completo, dado ao fato de que o instituto da adoção produz efeitos de ordem pessoal e patrimonial a todos os envolvidos. (LORENSI; SZANIAWSKI, 2015, p. 285)

Ainda assim, vastos são os exemplos de crianças e adolescentes que, mesmo após adquirirem o status de filiação, foram devolvidos e voltaram a habitar a lista do Cadastro Nacional de Adoção. Situações como essas obrigam o Poder Judiciário a agir de variadas formas; não só no sentido de prevenir a ocorrência dessa prática, como também de conceder aos menores devolvidos a reparação que lhes é devida.

Conclui-se, portanto, que a lei não permite a devolução dos filhos adotivos, haja vista terem eles os mesmos direitos de qualquer filho biológico. Fazê-lo pode, em casos específicos, configurar crime, além de ensejar reparação civil. Destaca-se, porém, que durante o estágio de convivência existe a possibilidade legal de desistência e, consequentemente, de devolução do adotando, posto que, estando o processo ainda em decurso, trata-se de guarda provisória.

3.3. DEVOLUÇÃO E ABANDONO

Para um melhor entendimento do que vem a ser a devolução de crianças e adolescentes adotados, bem como as suas consequências jurídicas, é salutar que sejam estabelecidas as diferenças entre a devolução e o abandono. Para isso, torna-se necessário analisar, juntamente com a legislação civil, a legislação penal.

Como aponta abordagem anterior, a desistência da adoção, quando realizada durante o estágio de convivência, não é encarada como ilícito civil ou penal. Explica Sílvia Morelli que:

A ordem jurídica brasileira admite tal comportamento, porque, defende-se que é naquele momento em que as pessoas estão se reconhecendo e que é melhor que se resolvam as pendências ali e que se devolvam as crianças e os adolescentes neste momento do que após o processo de Adoção totalmente efetivado. (MORELLI, 2016, p. 83)

A autora conclui, ainda, que "na maioria dos casos, a devolução acontece quando o adotante detém a guarda provisória, mas o processo de adoção não está finalizado" (MORELLI, 2016, p. 83). Nesses casos, portanto, não há que se falar em abandono.

Existem, porém, aquelas situações nas quais as adoções são frustradas após concluído todo o processo. Aqui, a devolução não recai sobre adotandos, e sim sobre os próprios filhos, haja vista ser o filho adotivo exatamente como um filho biológico. Nesse sentindo, mister a distinção entre a simples devolução e a configuração do abandono, tipificado penalmente.

Conforme o art. 133 do Código Penal, trata-se de abandono de incapaz:

Art. 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Pena - detenção, de seis meses a três anos.

§ 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Segundo Rogério Sanches Cunha (2015, p. 132), "o núcleo do tipo é o verbo abandonar pessoa indefesa. Abandonar significa deixar ao abandono, desassistido, desamparado, traduzindo, no caso, uma ação ou omissão infringente da obrigação da

respectiva guarda ou assistência". Nessa seara, explica de quais formas o crime pode ser praticado:

Pode ser praticado mediante ação (levar a vítima a um local ermo e ali deixá-la) ou omissão (afastar-se da vítima do lugar onde se encontra, deixando-a à própria sorte), sendo indiferente se o abandono foi temporário ou definitivo, desde que por tempo juridicamente relevante, suficiente para colocar o incapaz em risco. (CUNHA, 2015, p. 132)

Depreende-se da explicação que se trata de crime próprio, praticado por aquele que tem o dever de cuidado. A vítima, por sua vez, é toda pessoa que se encontra sob condição de vulnerabilidade; incluem-se, portanto, as crianças e adolescentes. Assim, no contexto da adoção, julgar-se-á criminosa a conduta dos pais que, conforme menciona Rodrigo Sanches Cunha (2015), deixarem o filho adotivo à própria sorte, seja levando-o anteriormente a um local ermo, ou mesmo no local onde este se encontra.

O que ocorre com frequência, no entanto, é a devolução da criança às instituições de acolhimento, para que passe a integrar novamente o Cadastro Nacional de Adoção. Apesar de cruel, essa prática não converge com o tipo de conduta definida como abandono de incapaz e prevista no Código Penal; ocorre, portanto, somente no âmbito do Juizado da Infância e da Juventude. Explica Sílvia Morelli (2016, p. 83) que "se acontecer a devolução, cabe à Justiça buscar parentes da família adotiva que possam estar interessados em ter a guarda provisória da criança. A alternativa é o traumático retorno da criança a um abrigo".

Nesse passo, conclui-se que, para que se configure crime de abandono, a conduta observada deve ir muito além da devolução, expondo a criança ou adolescente a risco verificado pelo total desamparo, que pode ser aplicado através de ação ou omissão. Na maioria dos casos, contudo, o que acontece é a entrega da criança de volta aos abrigos, o que caracteriza a devolução. Apesar do inegável dano psicológico causado pela nova rejeição, não há, aqui, intervenção da justiça penal. Resta, portanto, investigar quais são as consequências observadas no âmbito cível, mormente no que se refere à responsabilização dos pais.

4. REFLEXOS JURÍDICOS DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS

Quando o menor é devolvido após concluído o processo de adoção, pressupõe-se que haverá a destituição do poder familiar exercido pelos pais adotivos perante aquela criança ou adolescente. Quando, porém, a devolução é ocorrida durante o estágio de convivência, a consequência direta é a interrupção do processo de adoção.

Observa-se, no entanto, que, no âmbito jurídico, os reflexos da devolução de crianças e adolescentes adotados não se esgotam com essas consequências diretas. Há, na verdade, a possível incidência de outros reflexos, os quais passam a ser abordados adiante.

4.1. OS DANOS CAUSADOS PELA DEVOLUÇÃO

Ainda que sejam vastos os exemplos de casos absurdos de devoluções de crianças e adolescentes adotados, sabe-se que este ato representa uma ruptura de laços capaz de causar extremos abalos emocionais, também, em muitos dos pais adotivos. Apesar disso, deve-se ter em mente que o impacto psicológico causado nos menores devolvidos é incomparável:

Indiscutivelmente sequelas ficarão na criança ou adolescente que passa pela devolução. Haverá queda de autoestima, confusão mental, sentimentos de rejeição, sofrimento e dor emocional. Ficará completamente perdida, vítima da imprudência, do despreparo, da falta de maturidade e responsabilidade dos adultos que a vida colocou em seu caminho. (SOUZA, 2012, p. 37)

Como demonstra Hália de Souza, experimentar um novo abandono acarreta, nestes, consequências negativas incontestáveis; e, embora alguns dos adotantes também sofram com essa situação, são as crianças e adolescentes que merecem guarita da doutrina da proteção integral e do princípio do melhor interesse da criança, além de muitos outros.

Como bem salienta Alberta de Goes, a percepção da criança em torno do processo de adoção já é indicadora de seu estado de completa vulnerabilidade nessa relação:

Diferentemente dos adultos, no imaginário infantil não existe estágio de convivência, documentos e/ou sentenças – para a criança, o fato de residir com a família já significa ser ‘adotada’: eu já encontrei a minha família... é essa a família que eu escolhi para mim! (após a família expressar o desejo de sua devolução). (GOES, 2014, p. 90)

Nesse cenário, como aponta a autora, é gritante a necessidade de que se observe o princípio da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, admitido conforme a doutrina da proteção integral e o princípio do melhor interesse da criança, para que se entenda a dimensão do compromisso dos candidatos à adoção e dos pais adotivos:

Impera a necessidade de que as crianças/adolescentes tenham a ‘prioridade absoluta’ e sejam colocadas em primeiro plano. Assim, destacamos a necessidade de que os adultos sejam responsáveis e comprometidos (todos, desde os representantes do Judiciário até os pretendentes) pelo processo de adoção. Nesta direção, destacamos que, no caso dos pretendentes, esse compromisso vai além daquele que se assemelha ao de um ‘consumidor’ que busca na loja um ‘brinquedo’ e que, se não gostar, poderá devolvê-lo. (GOES, 2014, p. 90)

Hália Pauliv de Souza, descrevendo a tortura que representa a devolução para as crianças e adolescentes, diz:

O pior é que muitos fazem a devolução após um bom tempo de convivência. A criança ficará como um bichinho acuado tendo uma vida sem raízes e referências, construindo rupturas na sua história de vida. A volta para a instituição é um verdadeiro pesadelo. Alguns relatam que o devolvido se enfiou embaixo da cama e só saía para ir ao banheiro e voltava, até comendo um pouco do que lhe ofertavam. (SOUZA, 2012, p. 37)

Comenta, ainda, a autora, que “algumas crianças devolvidas apresentam quadros depressivos, ficam sem dormir e se alimentar, se castigando, chorando, se culpando. A criança é o lado mais fraco da história, é vulnerável. Se devolvido, haverá revolta e a esperança será assassinada” (SOUZA, 2012, p. 39). Nesse sentido, opina que “os adultos que “devolvem” uma criança deveriam ser juridicamente responsabilizados por tal ato” (SOUZA, 2012, p. 39).

Diante de tal contexto, torna-se deveras importante verificar o que pode ser, no âmbito jurídico contemporâneo, classificado como dano. De acordo com Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (2014, p. 88), pode-se "conceituar o dano ou prejuízo como sendo a lesão a um interesse jurídico tutelado — patrimonial ou não —, causado por ação ou omissão do sujeito infrator".

Sérgio Cavalieri Filho (2012, p. 76), preliminarmente indicando que "quando ainda não se admitia o ressarcimento do dano moral, conceituava-se o dano como sendo a efetiva diminuição do patrimônio da vítima", explica que, atualmente:

Conceitua-se, então, o dano como sendo a subtração ou diminuição de um bem jurídico⁵, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc. Em suma, dano é lesão de um bem jurídico, tanto patrimonial como moral, vindo daí a conhecida divisão do dano em patrimonial e moral. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 76)

Pablo Stolze e Rodolfo Pamploa (2014, p. 88) salientam que "a configuração do prejuízo poderá decorrer da agressão a direitos ou interesses personalíssimos (extrapatrimoniais), a exemplo daqueles representados pelos direitos da personalidade, especialmente o dano moral". Em relação ao viés extrapatrimonial do dano, atinente aos direitos da personalidade, aduz Sérgio Cavalieri Filho:

Com efeito, a par dos direitos patrimoniais, que se traduzem em uma expressão econômica, o homem é ainda titular de relações jurídicas que, embora despidas de expressão pecuniária intrínseca, representam para o seu titular um valor maior, por serem atinentes à própria natureza humana. São os direitos da personalidade, que ocupam posição supraestatal, dos quais são os titulares todos os seres humanos a partir do nascimento com vida (Código Civil, arts. 1º e 2º). São direitos inatos, reconhecidos pela ordem jurídica e não outorgados, atributos inerentes à personalidade, tais como direito à vida, à liberdade, à saúde, à honra, ao nome, à imagem, à intimidade, à privacidade, enfim, à própria dignidade da pessoa humana. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 88)

Assim, considerando a abordagem acerca dos sofrimentos causados pela devolução de crianças e adolescentes adotados, torna-se perfeitamente vislumbrável a ocorrência do dano, mais especificamente em seu caráter extrapatrimonial. Haja vista serem os menores submetidos a intenso abalo psicológico, diversos são os bens ou interesses jurídicos ameaçados nesse contexto, sobretudo os de caráter subjetivo, tais como saúde, honra e integridade psicológica.

Conforme leciona Sérgio Cavalieri (2012, p. 89), "os bens que integram a personalidade constituem valores distintos dos bens patrimoniais, cuja agressão resulta no que se convencionou chamar de dano moral". Ainda segundo o autor, "em sentido estrito dano moral é a violação do direito à dignidade" (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 88).

Merece destaque a colocação de Flávio Tartuce (2017, p. 490), segundo a qual, "buscando uma primeira classificação dos danos morais, em sentido próprio, o dano moral causa na pessoa dor, tristeza, amargura, sofrimento, angústia e depressão. Nesse diapasão, constitui aquilo que a pessoa sente, o que se pode denominar dano moral *in natura*". Logo,

⁵ Bem jurídico pode ser entendido como todo bem, material ou imaterial, que, por possuir grande valor para a sociedade, merece ser salvaguardado através da tutela do Direito.

observa-se a direta relação entre os sentimentos ocasionados pela devolução de crianças e adolescentes adotados e os danos morais.

O autor destaca, ainda, um importante esclarecimento:

Deve ficar claro que para a caracterização do dano moral não há obrigatoriedade da presença desses sentimentos humanos negativos, conforme enunciado aprovado na V Jornada de Direito Civil: “O dano moral indenizável não pressupõe necessariamente a verificação de sentimentos humanos desagradáveis como dor ou sofrimento” (Enunciado n. 445). (TARTUCE, 2017, p. 490)

Ainda que não seja obrigatória a presença dos sentimentos negativos para caracterização do dano moral, não deve haver dúvidas de que, nos casos de devolução, não só eles estão presentes como podem se manifestar de formas surpreendentes e preocupantes. Hália Pauliv de Souza (2012, p. 39) descreve, por exemplo, que ouviu “o relato de um caso de devolução em que o jovem desenvolveu “cegueira emocional”. Seus olhos clinicamente perfeitos se negavam a ver o mundo. Tornou-se um cego devido ao trauma por que passou”.

Observadas as consequências psicológicas da devolução, bem como a condição de vulnerabilidade dos menores e os conceitos de dano, sobretudo moral, depreende-se, portanto, que constituem danos morais aqueles ocasionados pela devolução, por parte dos pais adotantes, das crianças e adolescentes que adotaram.

Nesse passo, enfim, assevera Sérgio Cavalieri Filho (2012, p. 77) que “o dever de reparar pressupõe o dano e sem ele não há indenização devida. Não basta o risco de dano, não basta a conduta ilícita. Sem uma consequência concreta, lesiva ao patrimônio econômico ou moral, não se impõe o dever de reparar”.

4.2. A RESPONSABILIZAÇÃO DOS PAIS ADOTANTES

Tendo em vista que a devolução de crianças e adolescentes adotados é conduta geradora de severos danos psicológicos aos menores, bem como que o dano é pressuposto do dever de reparar, os adotantes que praticam tal ato ficam próximos da responsabilização. Para que se entenda tal relação, é preciso buscar os conceitos de responsabilidade civil e os demais pressupostos do dever de reparação.

Importante lição é trazida por Sérgio Cavalieri Filho quando se trata de conceito de responsabilidade:

Em seu sentido etimológico, responsabilidade exprime a ideia de obrigação, encargo, contraprestação. Em sentido jurídico, o vocábulo não foge dessa ideia. A essência da responsabilidade está ligada à noção de desvio de conduta, ou seja, foi ela engendrada para alcançar as condutas praticadas de forma contrária ao direito e danosas a outrem. Designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 2)

Da mesma forma, lecionam sobre responsabilidade Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

A palavra “responsabilidade” tem sua origem no verbo latino *respondere*, significando a obrigação que alguém tem de assumir com as consequências jurídicas de sua atividade, contendo, ainda, a raiz latina de *spondeo*, fórmula através da qual se vinculava, no Direito Romano, o devedor nos contratos verbais. A acepção que se faz de responsabilidade, portanto, está ligada ao surgimento de uma obrigação derivada, ou seja, um dever jurídico sucessivo, em função da ocorrência de um fato jurídico lato sensu. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 46)

Sintetizado o conceito de responsabilidade como o dever jurídico de reparar um prejuízo, é salutar destacar a explicação de Sérgio Cavalieri (2012) sobre as espécies de responsabilidade. Informa o autor, primeiro, que há diferença entre responsabilidade civil e penal:

A ilicitude - é de todos sabido - não é uma peculiaridade do Direito Penal. Sendo ela, essencialmente, contrariedade entre a conduta e a norma jurídica, pode ter lugar em qualquer ramo do Direito. Será chamada de ilicitude penal ou civil tendo exclusivamente em vista a norma jurídica que impõe o dever violado pelo agente. No caso de ilícito penal, o agente infringe uma norma penal, de Direito Público; no ilícito civil, a norma violada é de Direito Privado. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 15)

Em seguida, explica Cavalieri que a responsabilidade civil é dividida em contratual e extracontratual:

Se preexiste um vínculo obrigacional, e o dever de indenizar é consequência o inadimplemento, temos a responsabilidade contratual, também chamada de ilícito contratual ou relativo; se esse dever surge em virtude de lesão a direito subjetivo, sem que entre o ofensor e a vítima preexista qualquer relação jurídica que o possibilite, temos a responsabilidade extracontratual, também chamada de ilícito aquiliano ou absoluto. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 16)

Por fim, aponta, em discussão sobre responsabilidade subjetiva e objetiva:

A ideia de culpa está visceralmente ligada à responsabilidade, por isso que, de regra, ninguém pode merecer censura ou juízo de reprovação sem que tenha faltado com o dever de cautela em seu agir. Daí ser a culpa, de acordo com a teoria clássica, o principal pressuposto da responsabilidade civil subjetiva. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 17)

Importantes trabalhos vieram, então, à luz na Itália, na Bélgica e, principalmente, na França sustentando uma responsabilidade objetiva, sem culpa, baseada na chamada teoria do risco, que acabou sendo também adotada pela lei brasileira em certos casos (...). (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 18)

Analisados os danos decorrentes da devolução de que trata o presente trabalho, quais sejam danos morais, pode-se afirmar que, nesses casos, estar-se-á diante da possibilidade de responsabilidade civil extracontratual subjetiva. Nesse interim, importante investigar quais são os requisitos para a incidência de tal responsabilidade.

Flávio Tartuce (2017, p. 490) informa que "não há unanimidade doutrinária em relação a quais são os elementos estruturais da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar". O jurista, analisando posicionamentos de ilustres doutrinadores do Direito brasileiro, principalmente no que diz respeito à chamada culpa genérica, conclui que "ainda prevalece o entendimento pelo qual a culpa em sentido amplo ou genérico é sim elemento essencial da responsabilidade civil" (TARTUCE, 2017, p. 432), de modo que, nesse cenário, destaca o autor quatro pressupostos básicos do dever de indenizar: a) conduta humana; b) culpa genérica ou *lato sensu*; c) nexo de causalidade e d) dano ou prejuízo.

Far-se-á, adiante, uma breve abordagem acerca dos elementos em destaque, a começar pela conduta humana, definida por Sérgio Cavalieri (2012, p. 25) como "comportamento humano voluntário que se exterioriza através de uma ação ou omissão, produzindo consequências jurídicas". Observa, também, o referido doutrinador, que "a responsabilidade subjetiva não decorre apenas da prática de uma conduta, nem do simples fato lesivo. Exige, ainda, conduta culpável, isto é, reprovável, passível de um juízo de censura" (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 26). Nesse sentido, prossegue:

Não basta a imputabilidade do agente para que o ato lhe possa ser imputado. A responsabilidade subjetiva é assim chamada porque exige, ainda, o elemento culpa. A conduta culposa do agente erige-se, como assinalado, em pressuposto principal da obrigação de indenizar. Importa dizer que nem todo comportamento do agente será apto a gerar o dever de indenizar, mas somente aquele que estiver revestido de certas características previstas na ordem jurídica. A vítima de um dano só poderá pleitear ressarcimento de alguém se conseguir provar que esse alguém agiu com culpa; caso contrário, terá que conformar-se com a sua má sorte e sozinha suportar o prejuízo. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 30)

No fragmento em destaque, Sérgio Cavalieri Filho introduz a noção de culpa genérica, ou *latu sensu*. Flávio Tartuce (2017, p. 434) destaca que "modernamente, quando se fala em responsabilidade com ou sem culpa, deve-se levar em conta a culpa em sentido amplo ou a culpa genérica (culpa *latu sensu*), que engloba o dolo e a culpa estrita (*stricto sensu*)". Ainda segundo Tartuce (2017, p. 435), "o dolo constitui uma violação intencional do dever jurídico com objetivo de prejudicar outrem", ao passo que a culpa estrita "pode ser conceituada como sendo o desrespeito a um dever preexistente, não havendo propriamente uma intenção de violar o dever jurídico, que acaba sendo violado por outro tipo de conduta" (TARTUCE, 2017, p. 436). Sobre o tema, a síntese realizada por Sérgio Cavalieri (2012, p. 31) indica que a culpa em sentido amplo (*latu sensu*) é "abrangente de toda espécie de comportamento contrário ao Direito, seja intencional, como no caso de dolo, ou tencional, como na culpa".

O terceiro elemento destacado é o nexa de causalidade, o qual, segundo Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (2012, p. 151), trata-se do "elo etiológico, do liame, que une a conduta do agente (positiva ou negativa) ao dano". Flávio Tartuce (2017, p. 447), por sua vez, diz que "o nexa de causalidade ou nexa causal constitui o elemento imaterial ou virtual da responsabilidade civil, constituindo a relação de causa e efeito entre a conduta culposa ou o risco criado e o dano suportado por alguém".

Sérgio Cavalieri Filho, tratando do tema, leciona:

Trata-se de noção aparentemente fácil, mas que, na prática, enseja algumas perplexidades. A rigor, é a primeira questão a ser enfrentada na solução de qualquer caso envolvendo responsabilidade civil. Antes de decidirmos se o agente agiu ou não com culpa teremos que apurar se ele deu causa ao resultado. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 48)

O conceito de nexa causal não é exclusivamente jurídico; decorre primeiramente das leis naturais. É o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado. A relação causal estabelece o vínculo entre um determinado comportamento e um evento, permitindo concluir, com base nas leis naturais, se a ação ou omissão do agente foi ou não a causa do dano; determina se o resultado surge como consequência natural da voluntária conduta do agente. Algo assim como: se chover fica molhado. (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 49)

Realizadas tais considerações, o quarto e último elemento da responsabilidade civil subjetiva está no dano, ou prejuízo, analisado no tópico anterior. Diante disso, torna-se possível relacionar a devolução de crianças e adolescentes adotados a todos os elementos que permitem a responsabilização dos pais adotivos; afinal, sabe-se que a devolução do filho adotivo é uma prática (conduta humana) reprovável por violar os deveres jurídicos inerentes

ao poder familiar (culpa); gerando, com isso (nexo de causalidade), sérios danos psicológicos ao menor (dano).

Sobre as obrigações legais aos pais impostas, e seu descumprimento, aduzem Michele Dill e Thanabi Calderan:

Os pais que se omitirem quanto ao direito dos filhos, sobretudo, à convivência familiar, estão descumprindo com a sua obrigação legal, acarretando sequelas ao desenvolvimento moral, psíquico e socioafetivo dos filhos. Uma vez caracterizada a ofensa aos direitos fundamentais da criança, os pais ou qualquer outro que detenha a guarda de uma criança ou adolescente, estão sujeitos às penalidades de natureza preventiva e punitiva, ou ainda segundo entendimento de alguns juristas e doutrinadores, a reparação dos danos causados, mesmo que seja exclusivamente de cunho moral, com base no princípio da dignidade da pessoa humana. (DILL; CALDERAN, 2010)

Os deveres oriundos do exercício do poder familiar estão dispostos no art. 1634 do Código Civil, alterado pela Lei 13.508, de 2014. Em seu primeiro inciso, por exemplo, o dispositivo determina que compete a ambos os pais, quanto aos filhos, “dirigir-lhes a criação e a educação”. Segundo Flávio Tartuce (2017, p. 298), “tais atribuições devem ser tidas como verdadeiros deveres legais dos pais em relação aos filhos. Assim, a sua violação pode gerar a responsabilidade civil da autoridade parental por ato ilícito, nos termos dos requisitos constantes do art. 186 do CC/2002”.

Importante destacar, então, que as devoluções ocorridas durante o estágio de convivência não são imunes à responsabilização dos candidatos à adoção. Ainda que o período de convivência possibilite o retorno das crianças e adolescentes aos abrigos, Sílvia de Souza Morelli destaca relevante lição a esse respeito:

Entende-se que o Estágio de Convivência, com a devida vênia, serve como mecanismo para que o Estado, através de seu Poder de Império, retire a criança e o adolescente do ambiente que se apresenta hostil ao seu desenvolvimento sadio e tranquilo.
É um controle estatal e não faculta terceiros usá-lo a seu bel-prazer. (MORELLI, 2016, p. 85)

A autora ensina também que “a lei alberga as posições justas, equânimes e verdadeiramente apontadas para um ideal libertador e não para posições covardes e eivadas de ego” (MORELLI, 2016, p. 86); assim, o estágio de convivência não pode ser “encarado como um prazo que faculta a possibilidade dos possíveis adotantes em se arrependarem por visualizarem defeitos na criança” (MORELLI, 2016, p. 86).

Nesse passo, analisadas as circunstâncias da devolução ocorrida durante o período de convivência, a responsabilização dos adotante pode ser arguida conforme o disposto no art. 187 do Código Civil de 2002, que dispõe que "também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes". Nota-se, porém, que, nesses casos, o dano não será gerado pela devolução em si, haja vista ser esta permitida pelo ordenamento jurídico, mas sim pelos excessos que possam ter circundado tal prática, mais especificamente na causação, voluntária ou por negligência, de danos emocionais e psicológicos ao menor.

4.3. A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

As consequências jurídicas da devolução de crianças e adolescentes adotados não se encerram com a responsabilização civil dos pais adotantes, principalmente quando a devolução ocorre após concluído o processo de adoção, pois, aqui, todos os deveres jurídicos decorrentes do poder familiar tornam-se parte do caso. Como se sabe, o menor efetivamente adotado faz jus à integralidade dos direitos decorrentes da filiação e, nesse contexto, como escreve Sílvia Venosa (2013, p. 321-322), "cabe aos pais, primordialmente, dirigir a criação e educação dos filhos, para proporcionar-lhes a sobrevivência. Compete aos pais tornar seus filhos úteis à sociedade. A atitude dos pais é fundamental para a formação da criança".

A sobrevivência da criança e do adolescente é dever de seus pais, e essa atribuição é a razão de existir, no âmbito das relações de filiação, o direito a alimentos. Maria Berenice Dias, discorrendo sobre alimentos, ressalta:

Talvez se possa dizer que o primeiro direito fundamental do ser humano é o de sobreviver. E este, com certeza, é o maior compromisso do Estado: garantir a vida. Todos têm direito de viver, e com dignidade. Surge, desse modo, o direito a alimentos como princípio da preservação da dignidade humana (CF, 1.º, III). Por isso os alimentos têm a natureza de direito de personalidade, pois asseguram a inviolabilidade do direito à vida, à integridade física. Inclusive estão reconhecidos entre os direitos sociais (CF, 6.º). Este é um dos motivos que leva o Estado (CF, 226) a emprestar especial proteção à família. Parentes, cônjuges e companheiros assumem, por força de lei, a obrigação de prover o sustento uns dos outros, aliviando o Estado e a sociedade desse encargo. Tão acentuado é o interesse público para que essa obrigação seja cumprida que é possível até a prisão do devedor de alimentos (CF 5.º, LXVII). (DIAS, 2016, p. 910-911)

Afirma a jurista, ainda, que "a natureza jurídica dos alimentos está ligada à origem da obrigação" (DIAS, 2016, p. 913). Nesse sentido, "o dever dos pais de sustentar os filhos

deriva do poder familiar. A Constituição Federal (229) reconhece a obrigação dos pais de ajudar, criar e educar os filhos menores" (DIAS, 2016, p. 913).

Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald, sobre os alimentos prestados em favor dos descendentes menores, aduzem:

O exercício do poder familiar impõe aos genitores (valendo aqui lembrar que na pós-modernidade estão desatrelados os conceitos de pai e genitor) a manutenção integral de sua prole, estruturando-se, assim, uma obrigação alimentícia independentemente dos recursos do filho menor. (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 710)

Ensinam, também, os referidos autores, que "independe a obrigação alimentar da origem do vínculo paterno, consubstanciando-se, inclusive, na adoção e na paternidade afetiva" (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 711).

Portanto, realizada a homologação da adoção, quando os pais devolvem a criança ou adolescente adotado, estão não apenas renunciando ao poder familiar, como também descumprindo os deveres que dele resultam. Por isso, é possível que a parte autora, em demanda ajuizada perante a devolução de menores adotados, pleiteie o pagamento, por parte dos pais adotivos, de alimentos em favor do filho devolvido.

Sílvio de Salvo Venosa traz importante observação acerca dos alimentos:

Alimentos, na linguagem jurídica, possuem significado bem mais amplo do que o sentido comum, compreendendo, além da alimentação, também o que for necessário para moradia, vestuário, assistência médica e instrução. Os alimentos, assim, traduzem-se em prestações periódicas fornecidas a alguém para suprir essas necessidades e assegurar sua subsistência. (VENOSA, 2013, p. 371-372)

Merecem destaque também as palavras de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald:

Aliás, registre-se que nem mesmo a destituição do poder familiar extinguirá a obrigação alimentícia, evitando, assim, a premiação daquele genitor desidioso, que coloca em xeque a própria integridade do filho. Por isso, mesmo suspenso ou destituído do poder familiar, continua o pai obrigado a contribuir para o sustento do filho (ainda que em concorrência com o tutor ou guardião). (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 711)

Conclui-se, portanto, que os pais que desistem da adoção e devolvem os filhos menores – ainda que diante da destituição do poder familiar – podem ser condenados ao pagamento das prestações alimentares; obrigação esta que deriva do exercício daquele poder e

serve, nesses casos, à sobrevivência, dignidade e bom desenvolvimento do menor, vulnerável protegido pelo ordenamento jurídico pátrio.

Cabe, por fim, salientar que, conforme disposto no art. 39 do Estatuto da Criança e do Adolescente, "a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente", assim, mesmo antes da homologação da adoção, há margens para a ocorrência de casos nos quais as circunstâncias do processo possibilitem a imposição dos alimentos mesmo quando o menor for devolvido durante a guarda provisória.

4.4. A POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DA ADOÇÃO

A adoção, segundo o que se demonstra no presente trabalho, tem como característica marcante a sua irrevogabilidade. Apesar disso, os professores Fábio Alberto de Lorensi e Elimar Szaniawski, quando tratando de adoções frustradas, argumentam:

(...) às vezes, ou seja, em situações especialíssimas, a não aplicabilidade da irrevogabilidade da adoção pode ser o melhor remédio para se preservar outros direitos fundamentais do ser humano, notadamente quanto a sua dignidade, o seu direito à personalidade, o seu melhor interesse e até para evitar danos futuros em seu desenvolvimento como ser humano. (LORENSI; SZANIAWSKI, 2015, p. 270)

Essa é uma discussão ainda rara, mas que pode ganhar maior atenção em vista dos crescentes casos de devolução de crianças e adolescentes adotados. Os autores mencionados, atentando para os danos provocados pela devolução, destacam que nem sempre a perda do poder familiar e as reparações são suficientes:

Por isto que, mesmo com todos os efeitos mencionados a respeito da devolução de filhos que foram adotados, ainda existem casos em que infelizmente não basta somente a perda do poder familiar e de eventuais reparações. É exatamente nestes casos que o tema revogabilidade ou destituição da adoção passa a ser discutido e repensado e, até, quem sabe, ser admitido, principalmente quando efetivamente estiver em “jogo” a vida e os interesses deste adotado. (LORENSI; SZANIAWSKI, 2015, p. 288)

Existem, no judiciário brasileiro, alguns exemplos extremamente excepcionais de destituição da adoção. As causas, que não dizem respeito necessariamente à devolução, são variadas, mas a complexidade de casos como esses é sempre enorme, posto que se exige a quebra de preceitos estabelecidos por diversas normas e princípios. Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal, destacando o caráter excepcional de tal decisão, mencionam um desses casos de cancelamento da adoção:

Faça-se menção, nesse caminho, a um interessante precedente da Corte de Justiça mineira autorizando o cancelamento de uma adoção, com o propósito de impedir a caracterização de uma relação incestuosa entre o adotado e a sua irmã, uma filha do adotante, considerando, inclusive, que o casal já tinha filhos. Merece atenção o caso, pois a regra geral do sistema continua sendo (e não pode ser diferente) a irrevogabilidade e irretratibilidade da adoção, apenas sendo possível excepcionar a regra em casos justificáveis para o amplo respeito aos princípios fundamentais do ordenamento, em especial a dignidade humana. O Pretório de Minas Gerais, excepcionando a regra da irrevogabilidade, deferiu o pedido de cancelamento da adoção, restabelecendo o vínculo biológico. (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 933-934)

Pensar a revogação da adoção culmina em beirar a insegurança jurídica, pois os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal e os próprios princípios de proteção à criança e à família garantem a irrevogabilidade do instituto.

Fábio Lorensi e Elimar Szaniaswki, a par dessa complexidade, explicam que:

Desta forma, se o ordenamento jurídico pátrio determina que a adoção é irrevogável, tendo como substrato para tal afirmação várias normas, bem como alguns princípios de Direito (...), tem-se que os mesmos princípios podem servir para uma decisão em sentido contrário à referida irrevogabilidade da adoção. (LORENSI; SZANIAWSKI, 2015, p. 289)

Assim, para que se analise a possibilidade de destituição da adoção, é preciso "trabalhar dentro de uma ótica de interpretação jurídica baseada na técnica da ponderação, a qual deverá ser aplicada no plano fático, sobretudo na análise existente entre os direitos fundamentais em apreço" (LORENSI; SZANIAWSKI, 2015, p. 289).

Nesse sentido, ao relacionar a possibilidade de revogação da adoção com o espaço destinado ao intérprete das normas jurídicas em casos tão difíceis, Hideliza Cabral e Nilda Andra ensinam:

Essa ampliação do espaço de atuação do intérprete, especialmente do intérprete constitucional, levou ao desenvolvimento de técnicas e princípios específicos de interpretação constitucional, para além dos elementos clássicos da hermenêutica jurídica. Não obstante, tampouco esses princípios têm sido suficientes para solucionar casos cada vez mais complexos, daí a razão de alguns julgadores socorrerem-se de um raciocínio que se convencionou denominar ponderação e que vem sendo cada vez mais utilizado diante de situações nas quais as fórmulas hermenêuticas tradicionais parecem, ao intérprete, insuficientes. (CABRAL; ANDRADE, 2011, p. 93)

A Procuradora federal Fernanda Cunha Gomes (2010) explica que nas últimas décadas a interpretação dos dispositivos constitucionais tem deixado de contemplar apenas "o que está escrito" e passando a analisar também "o que se quis dizer". Nesse interim, a ponderação surge para resolução de conflitos entre normas e princípios jurídicos:

Persistindo a problemática de se firmar critério para solucionar casos de conflitos de normas constitucionais, a doutrina desenvolveu a teoria da ponderação de valores ou ponderação de interesses, técnica mediante a qual se intenta estabelecer “peso” para cada um dos valores envolvidos na questão, de modo a, mediante concessões mútuas, se produzir um efeito favorável, mediante o mínimo sacrifício dos princípios contrapostos. (GOMES, 2010)

Não existe supremacia de princípios, haja vista estarem todos no mesmo nível constitucional; o corolário que deve reger qual valor deve preponderar sobre o outro é aquele que melhor atenda à ideologia ínsita da Carta Política, evitando-se, no entanto, o banimento total de um deles. (GOMES, 2010)

Assim, deve-se salientar que a destituição da adoção é medida a ser cogitada somente em casos extremos, quando as reparações e a destituição do poder familiar não são suficientes à tentativa de se retornar, ao adotado devolvido, a dignidade que lhe é de direito. Nesse sentido, Lorensi e Szaniawski concluem:

(...) a revogabilidade da adoção, mesmo não sendo permitida pelos ordenamentos pátrios e nem podendo de forma alguma ser considerada como medida a ser utilizada no dia a dia dos operadores do Direito, pode excepcionalmente ser uma medida justa e adequada quando se tem em risco o desenvolvimento humano de uma criança e ou de um adolescente. Todavia, para se chegar a tal revogabilidade, pelo que se pode perceber é necessário o uso da técnica da ponderação, a qual, repita-se, tem lugar em momentos em que a forma menos traumática para solução de um conflito possibilite principalmente que as normas e os princípios que momentaneamente estiverem em oposição continuem a conviver, sem serem negados totalmente, mas que de forma harmônica possam vir a serem em determinados casos concretos utilizados de maneira menos intensa ou em intensidades diferentes. (LORENSI; SZANIAWSKI, 2015, p. 289)

Logo, com a utilização da técnica interpretativa de ponderação quanto à aplicação dos princípios incidentes no caso concreto, a revogação da adoção, em casos excepcionais, pode ser um reflexo jurídico da devolução de crianças e adolescentes adotados.

4.5. CASOS CONCRETOS E A VISÃO JURISPRUDENCIAL

Expostos os fundamentos de ordem legal e doutrinária, direciona-se o trabalho para a análise de três decisões judiciais que, a título exemplificativo, representam a visão jurisprudencial acerca da devolução de crianças adotadas e seus desdobramentos no âmbito jurídico. Os processos sintetizados dizem respeito a casos ocorridos e julgados em três unidades federativas brasileiras diferentes. Com isso, demonstrar-se-á, quanto à devolução de crianças e adolescentes adotados, a observância de reflexos jurídicos que vão além da destituição do poder familiar ou encerramento do processo de adoção.

4.5.1. Caso 1 – Estado de Santa Catarina

Em 2011, um acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ao tratar da devolução de filho adotivo, tornou-se notório no território nacional. Na ementa da Apelação Cível número 2011.020805-7, de relatoria do Desembargador Joel Dias Figueira Júnior, consta:

E, o que é mais grave e reprovável, a desprezível prática da “devolução” de crianças começa a assumir contornos de normalidade, juridicidade, legitimidade e moralidade, em prol do pseudobenefício dos infantes. O Poder Judiciário há de coibir essas práticas ignóbeis e bani-las do nosso contexto sócio-jurídico de uma vez por todas. Para tanto, há de, exemplarmente, punir os infratores das leis civis, destituindo-os do poder familiar e condenando-os pecuniariamente pelo ilícito causador de danos imateriais a crianças e adolescentes, vítimas já marcadas pela própria existência desafortunada que se agrava com os atos irresponsáveis de seus adotantes, sem prejuízo da responsabilidade criminal de seus agentes. (TJSC, AC n. 2011.020805-7, 2011)

No caso em análise, o Ministério Público de Santa Catarina ajuizou ação de destituição do poder familiar em face de pais adotivos que, cinco anos após terem concluído o processo de adoção de duas crianças, decidiu devolver uma delas. Segundo redação do acórdão, o casal adotou dois irmãos, mas na verdade só estava interessado em um deles: a menina. Analisando o processo, comenta Sílvia Morelli (2016, p. 84) que "a lei de adoção é contra a separação de irmãos e, diante disso, [os postulantes] aceitaram levar também o menino".

Embora as crianças adotadas fossem irmãs, o tratamento dispensado pelo casal, em relação aos filhos, era diferenciado, de modo que, entre eles, a menina recebia bom tratamento, e o menino, que seria devolvido mais tarde, era tratado com desprezo e sofria castigos constantemente; fatos confirmados, inclusive, por testemunhas.

Diante da renúncia dos pais ao poder familiar em relação ao filho menor, ocorrida durante a tramitação do processo em apreço, o Ministério Público solicitou a busca e apreensão da filha maior. O pedido foi deferido e as duas crianças encaminhadas à instituição de acolhimento.

A magistrada de primeiro grau, Ana Paula Amaro da Silveira, deu procedência aos pedidos constantes na peça inicial, quais sejam a perda do poder familiar dos pais adotivos em relação às crianças e a indenização por danos morais, arbitrada em oitenta mil reais, em favor do menino devolvido. A partir da decisão, os réus recorreram no sentido de

retomar o poder familiar sobre ambos os filhos, ou, em caso de improcedência deste pedido, de conseguir a diminuição do valor devido pela responsabilidade civil. O Ministério Público recorreu para que a indenização fosse igualmente dividida entre as crianças.

O acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça catarinense é extenso e elenca uma série de detalhes que fazem parte do caso, além de mencionar diversos aspectos da adoção e dos direitos da criança e do adolescente. Sob o prisma de uma análise focada no tema do presente trabalho, podem ser destacados os seguintes trechos do texto:

Resta evidente o direito da criança em ser indenizada pelos réus quanto à falta do cumprimento dos deveres de pais, e principalmente pelos prejuízos psíquicos e emocionais que lhe proporcionaram, além do sofrimento de ser mais uma vez abandonada (...). (TJSC, AC n. 2011.020805-7, 2011)

Logo, considerando-se que a caracterização dos danos causados, a culpa dos réus quanto a suas ações e omissões em relação ao filho e o nexo de causalidade entre eles evidenciado de forma clarividente pelos estudos sociais juntados ao feito, imprescindível a procedência do pedido de dano moral que poderia ser analisado para as duas crianças. (TJSC, AC n. 2011.020805-7, 2011)

Nesse sentido, decidiram os desembargadores do referido Tribunal, em votação unânime, manter a condenação por danos morais, no valor de oitenta mil reais, a serem repartidos igualmente pelos dois irmãos.

4.5.2. Caso 2 – Estado de Minas Gerais

O segundo acórdão, proveniente do estado de Minas Gerais, corresponde à Apelação Cível nº 1.0481.12.000289-6/002, julgada pelo Tribunal de Justiça daquele estado, sob relatoria da Des.^a Hilda Maria Pôrto de Paula Teixeira da Costa. Essa decisão tem ímpar relevância porque apresenta, nos votos de três desembargadores, três julgamentos diferentes acerca do cabimento da reparação por danos morais e da imposição da obrigação alimentar ao caso em análise.

O processo foi fruto de uma ação civil pública movida em face de casal de candidatos à adoção que, após dois anos de convivência com a criança a ser adotada, optou por devolvê-la. Ressalta-se que, nesse caso, a adoção ainda não havia sido concretizada, mas isso não impediu vislumbrar que os reflexos da devolução pudessem ir além da interrupção do processo de adoção.

A criança, que estava sob a guarda provisória do casal, passou a viver com eles logo após seu nascimento, haja vista ter sido entregue por sua genitora nessa oportunidade. Algum tempo depois, foi diagnosticada com doença congênita que acarreta a malformação do sistema nervoso central; doença que, segundo o representante do Ministério Público, teria causado a desistência do casal, que alegou ter sido a devolução motivada por razão de foro íntimo. Na primeira instância, o julgador singular indeferiu os pedidos da petição inicial, voltados à indenização por dano moral e à prestação de obrigação alimentar. Do recurso, então, surgiu o acórdão ora em análise.

O primeiro voto, de responsabilidade da relatora do processo, destacou a repercussão da guarda provisória na vida do menor, ainda que no estágio de convivência:

Embora a adoção não tenha se concretizado através de sentença, cabe considerar que o instituto da guarda não se trata de mera detenção de "algo", tendo em vista que implica em obrigações aos pretensos pais adotivos e tem ampla repercussão na vida da criança, principalmente, no âmbito emocional. (TJMG, AC n. 1.0481.12.000289-6/002, 2014)

Nesse passo, arguiu a jurista que, mesmo não havendo proibição legal à desistência da adoção durante o estágio de convivência, cada caso concreto deve ser analisado conforme suas singularidades:

Ora, de fato, não há vedação legal para que os futuros pais desistam da adoção quando estiverem com a guarda da criança. Contudo, cada caso deverá ser analisado com as suas particularidades. E, na hipótese em tela, observa-se que os requeridos estabeleceram um vínculo sócioafetivo com a criança em razão de terem buscado a criança logo após o seu nascimento no hospital, e ficado com a mesma durante mais de dois anos até peticionarem o pedido de desistência da adoção, tempo este que em que a criança esteve sob um vínculo familiar, com um lar, a figura de uma mãe e de um pai que, de repente, foi rompido e fez com que o menor se percebesse sozinho. Neste ínterim, entendo que o ato ilícito que gera o direito a reparação decorre do fato de que os requeridos buscaram voluntariamente o processo de adoção do menor, manifestando, expressamente, a vontade de adotá-lo, obtendo sua guarda durante um lapso de tempo razoável, e, simplesmente, resolveram devolver imotivadamente a criança, de forma imprudente, rompendo de forma brusca o vínculo familiar que expuseram o menor, o que implica no abandono de um ser humano. Registre-se que, embora os apelados aleguem que detinham apenas a guarda provisória e que agiram no exercício regular do direito, cumpre destacar que tal argumento não merece amparo, uma vez que não se pode promover a "coisificação" do processo de guarda. (TJMG, AC n. 1.0481.12.000289-6/002, 2014)

Hilda da Costa, no tocante à reparação por dano moral, julgou que, por conta da doença que a acomete, a criança não teria condições neurológicas de perceber o peso da devolução à qual foi submetida e, assim, não se poderia visualizar a ocorrência de dano

psicológico. Por isso, não restaria configurada, segundo a relatora, a responsabilidade civil dos pais adotivos:

Por outro lado, quanto ao dano moral, somente deve ser deferida indenização nas hipóteses em que realmente se verificar abalo à honra e imagem da pessoa, dor, sofrimento, tristeza, humilhação, prejuízo à saúde e integridade psicológica de alguém, que interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando aflição e desequilíbrio em seu bem-estar. Assim, cabe ao Magistrado, com prudência e ponderação, verificar se, na espécie, efetivamente ocorreu dano moral, para, somente nestes casos, deferir indenização a esse título. E, no caso, entendo que, o dano moral não restou devidamente configurado, visto que não depreende do feito a existência de abalo emocional sofrido pela criança, que parece não ter condições neurológicas de perceber a situação de abandono que lhe foi imposta. (TJMG, AC n. 1.0481.12.000289-6/002, 2014)

De outra forma, no entanto, atenta às obrigações derivadas do poder familiar, deferiu o pedido de condenação dos pais ao pagamento de obrigação alimentar, por quanto tempo o menor vivesse, em razão da sua doença irreversível.

Diverso foi o pensamento exposto pelo desembargador revisor, Afrânio Vilela, intimamente ligado aos ditames da lei. Concordou com a inoccorrência do dano moral, mas, em relação à obrigação alimentar, destacou que “não existe qualquer lei que impeça um casal, que pretenda adotar uma criança, de desistir da adoção no decorrer do processo” (TJMG, 2014). Assim, conclui:

Portanto, antes de ser proferida a sentença judicial constituindo o vínculo da adoção, não surge para o casal que participa do processo a obrigação de prestar alimentos, que só existe em decorrência de um vínculo sanguíneo ou civil.

Ocorre que os referidos efeitos da adoção somente começam a partir da sentença judicial que a constituir, nos termos do art. 199-A, do ECA.

Assim, antes da sentença, não há lei que imponha obrigação alimentar aos apelados, que não concluíram o processo de adoção da criança.

Ademais, a própria lei prevê a possibilidade de desistência, no decorrer do processo de adoção, ao criar a figura do estágio de convivência. (TJMG, AC n. 1.0481.12.000289-6/002, 2014)

Último desembargador a votar, Marcelo Rodrigues tomou direção diferente dos anteriores. Apesar de ter seguido o entendimento de não cabimento da imposição de obrigação alimentar, defendeu a responsabilização civil dos adotantes, a quem atribui responsabilidade por danos morais. Relata, inicialmente:

Contudo, quando o período de convivência é longo e a devolução do adotando se dá sem motivo ou por algum motivo fútil ou por situação de violência (que se dá por diversas formas), tem-se a prática de ato ilícito por parte dos adotantes, na forma do disposto no artigo 187 do Código Civil, tendo em vista que excederam aos limites

do direito a que tinham, devendo ser civilmente responsabilizados. (TJMG, AC n. 1.0481.12.000289-6/002, 2014)

Completa, em seguida, o jurista:

Não se pode aceitar que haja a devolução ao juízo da infância do adotando, nestas situações, impune, pois este ato violou o direito fundamental do adotante à convivência familiar, bem como foi desrespeitado o princípio da responsabilidade parental.

A responsabilidade parental, a fim de que alcance seus reais efeitos e de fato proteja as crianças e adolescentes, há que ser entendida em um sentido mais amplo. Assim, este princípio deve ser aplicado a todos os que figurem no papel dos pais biológicos, exercendo atributos do poder familiar. Os que exercerem a guarda (mesmo de fato), os tutores e adotantes têm de se submeter a este princípio. (TJMG, AC n. 1.0481.12.000289-6/002, 2014)

O julgado, relativamente recente, demonstra como ainda são plurais os debates acerca dos reflexos jurídicos da devolução de crianças e adolescentes adotados. Entre os três desembargadores responsáveis pelo acórdão destacado, um defendeu a incidência da obrigação alimentar; outro defendeu a responsabilização por danos morais, enquanto o terceiro defendeu a improcedência de tais argumentos. Ao fim, foi negado provimento ao recurso apresentado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

4.5.3. Caso 3 – Estado de São Paulo

O último caso, descrito através do acórdão firmado pela 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, diante da apelação nº 0006658-72.2010.8.26.0266, tem como ementa:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DEVOUÇÃO DE MENOR ADOTADO À MÃE BIOLÓGICA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. REFORMA. REJEIÇÃO PELOS PAIS ADOTIVOS. GRAVE ABALO PSICOLÓGICO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. PEDIDO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA DESCABIDO. EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO A PARTIR DA ADOÇÃO PELA MÃE BIOLÓGICA. APELAÇÃO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDA, COM DETERMINAÇÃO.

1. Ação de indenização por danos morais movida por absolutamente incapaz (à época da distribuição do feito), em virtude de ter sido devolvido à mãe biológica pelos pais adotivos, com quem conviveu desde um ano de idade. Sentença de improcedência. Reforma parcial.
2. Danos morais configurados. Réus que se aproveitaram da aproximação entre o autor e sua mãe biológica, para se livrarem do menor, que estava apresentando problemas comportamentais durante a adolescência.
3. Rejeição pelos pais adotivos que provocou grave abalo psicológico ao adotado (apelante), conforme laudos psicológico e psicossociais.

4. Dano moral configurado. Indenização arbitrada em R\$ 20.000,00. Razoabilidade diante da capacidade econômica das partes. Valor que deverá ficar depositado em conta judicial até que o autor alcance a maioridade.
5. Pedido de pensão alimentícia descabido. Extinção do poder familiar, e, conseqüentemente, do vínculo de parentesco. Ausência do dever de sustento.
6. Apelação do autor parcialmente provida, com determinação. (TJSP, AC n. 0006658-72.2010.8.26.0266, 2014)

O autor da ação, adotado quando contava com apenas um ano de idade, foi levado, após cerca de dez anos de convivência com os pais adotivos, até a sua mãe biológica, para que com ela passasse a morar. Segundo a decisão, “o que mais interessa ao presente feito, porém, diz respeito ao fato de que o autor começou a apresentar problemas de comportamento e dificuldades no relacionamento com os pais adotivos (réus), os quais buscaram contato com a mãe biológica” (TJSP, 2014).

Assim, em 2009 "os réus foram destituídos do poder familiar que detinham na condição de pais adotivos, e foi deferida a adoção à mãe biológica" (TJSP, 2014). Cerca de um ano depois, o menor, já com quatorze anos, ingressou com ação judicial requerendo a responsabilização dos pais adotivos pelos danos morais causados, bem como o estabelecimento da obrigação alimentar.

Apesar de ter sido, inicialmente, deferida liminar que fixava pensão alimentícia em favor do autor, a decisão de primeiro grau julgou improcedentes os pleitos relativos à indenização por danos morais, afirmando que, por ter esse sido o adolescente adotado pela mãe biológica e por ter este descrito com alegria o momento em que a encontrou, não haveria de se falar em dano moral.

Diante disso, expõe o Desembargador Alexandre Lazzarini, relator do processo, os motivos para cabimento da reforma da sentença:

Isso porque, embora a adoção constitua uma relação de parentesco voluntária, possui a mesma força jurídica do parentesco biológico para fins de lei, gerando os mesmos deveres de educação, guarda, sustento, etc.

É possível dizer, ainda, que na condição de vínculo constituído voluntariamente, a adoção gera ao adotado os sentimentos de acolhimento, de proteção, com os quais não pode contar com a família natural.

Nesse contexto, não se pode perder de vista a responsabilidade assumida pelos adotantes, diante do desafio de acolher como filho pessoa com a qual não possui vínculo de sangue.

No caso concreto, porém, é facilmente perceptível dos autos que os réus nada mais fizeram do que aproveitar a aproximação entre o autor e sua mãe biológica, para se livrarem dele, especialmente em umas das fases mais complexas da vida do ser humano, que é a adolescência.

E nem se diga que toda a situação tenha sido provocada pelo próprio autor, eis que o fato de um filho querer conhecer sua mãe biológica - e ficar feliz com isso - é perfeitamente compreensível, tanto que atualmente o Estatuto da Criança e do

Adolescente prevê a possibilidade do adotado buscar suas origens biológicas (art. 48). (TJSP, AC n. 0006658-72.2010.8.26.0266, 2014)

Destaca a decisão, ainda, que “o contentamento manifestado pelo autor ao encontrar a mãe biológica não significa que os réus não tenham praticado ato ilícito, ou de que sua conduta não tenha causado sérios danos psicológicos” (TJSP, 2014). Aduz o tribunal que “o ilícito que justifica a indenização não está no fato de o menor voltar para sua família biológica, e sim no abandono praticado pelos réus, que simplesmente o devolveram à família biológica diante de um contexto de grande instabilidade emocional e psicológica” (TJSP, 2014).

O dano psicológico sofrido pelo menor foi constatado através de laudo psicológico e psicossocial. Um estudo social também foi descrito no acórdão. Assim, "uma vez caracterizado o nexo causal entre o ato ilícito praticado pelos réus e os danos morais sofridos pelo autor, evidente o dever de indenizar" (TJSP, 2014).

Quanto à obrigação alimentar, é parte da decisão proferida pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Não há que se falar, porém, em fixação de pensão alimentícia, pois, com a extinção do poder familiar, encerra-se o dever de sustento (art. 1.634 e 1.635, IV, CC).

Além disso, com a adoção pela mãe biológica encerrou-se o parentesco com os apelados (art. 41, ECA).

Logo, os réus não mais possuem a obrigação de prover a subsistência do autor. (TJSP, AC n. 0006658-72.2010.8.26.0266, 2014)

Julgou-se, então, pertinente o pagamento de indenização por danos morais, no valor de vinte mil reais.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho, que procurou entender a devolução de crianças e adolescente adotados pelo viés do Direito, permitiu analisar o instituto da adoção sob aspectos variados – conceitual, histórico e legal – bem como compreender a prática da devolução e suas causas, os danos causados, e os argumentos e resultados jurídicos dela derivados, sob o enfoque da proteção à criança e ao adolescente preconizada pela Constituição Federal e demais leis de proteção ao menor.

Além das análises acerca do instituto da adoção e das adoções frustradas; uma vez comprovadas as consequências diretas da devolução de crianças e adolescentes adotados, consubstanciadas na destituição do poder familiar ou interrupção do processo de adoção, os resultados da pesquisa apontaram, primeiro, para a ampla possibilidade de responsabilização civil dos pais adotivos, especialmente devido aos danos morais causados pela devolução. Constatou-se, em seguida, que é possível atrelar, à prática da devolução, a obrigação alimentar derivada do poder familiar instituído pelo vínculo parental estabelecido pela adoção. Também, apesar de a adoção ser irrevogável, explicou-se que há casos extremos nos quais a sua revogação torna-se uma opção a ser considerada quando a destituição do poder familiar e a responsabilização dos pais não é suficiente à reparação da dignidade do menor.

Tendo em vista que os objetivos do trabalho giram em torno do esclarecimento sobre as consequências jurídicas da devolução, fomentando uma maior discussão do tema e, assim, dando suporte àqueles que precisam garantir a prevenção da ocorrência desses casos e a proteção das crianças e adolescentes envolvidos, foi salutar a constatação de que a responsabilização dos pais adotivos adquire não apenas o caráter estrito de reparação dos danos morais causados, mas também assume uma forma de combate à prática da devolução. Além disso, observou-se que, apesar de não ser vedada a devolução dos adotandos durante o estágio de convivência, não estão isentos os adotantes da possível responsabilização por danos causados durante esse período.

Os recursos utilizados pela pesquisa apresentada foram a revisão bibliográfica e a análise documental. O primeiro, quanto aos livros de grandes doutrinadores jurídicos brasileiros, foi importante sobretudo na compreensão do instituto da adoção e do poder familiar, bem como na abordagem acerca da responsabilidade civil e seus pressupostos, da obrigação alimentar e até da distinção entre devolução e crime de abandono. Artigos e outros trabalhos científicos de autores juristas também foram utilizados, especialmente nas análises focadas na prática da devolução e sua relação com o ordenamento jurídico brasileiro, haja

vista ser este tema pouco abordado em grandes obras da doutrina. Livros e artigos de outras áreas que não o Direito, principalmente do campo da psicologia, tiveram também fundamental importância para o trabalho, pois possibilitaram a compreensão dos fatores de risco ao sucesso da adoção e dos danos causados pela devolução dos menores adotados.

A análise documental recaiu sobre a legislação e a jurisprudência pátria, bem como reportagens acerca do tema. Através desse recurso, foi possível entender as características e prerrogativas que cercam o instituto da adoção, visto, sob o prisma do ordenamento jurídico brasileiro, como resultado do direito à convivência familiar estabelecido na Constituição Federal, o qual faz parte de uma série de garantias reservadas às crianças e adolescentes não só pela Lei Maior, mas por todo um arcabouço jurídico que tem como lei notória o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, as reportagens sobre o tema forneceram alguns dados de interesse à pesquisa, e as disposições jurisprudenciais apresentadas revelaram-se divergentes em alguns aspectos, o que demonstra ser uma matéria ainda em debate a que compreende os reflexos jurídicos da devolução de crianças e adolescentes adotados.

As discussões a respeito das adoções frutadas são vastas, pois incluem a legislação brasileira como um todo, o direito da criança e do adolescente, o funcionamento das Varas da Infância e da Juventude, o trabalho das equipes interdisciplinares e outros pontos importantes. Assim, pode-se buscar, nas próximas pesquisas relacionadas ao tema, avaliar a atuação do sistema judiciário ligado à adoção, bem como dos grupos de apoio e seu impacto na redução dos casos de devolução. Grande relevância pode ser conferida também à pesquisa que se voltar à coleta de dados referentes às devoluções de menores adotados, haja vista serem inexpressivos os dados existentes.

Diante das análises e constatações realizadas, residem as contribuições do presente trabalho na apresentação da postura legal, doutrinária e jurisprudencial ante a devolução de crianças e adolescentes adotados, um problema crescente que merece especial atenção do Direito brasileiro. A partir disso, possível será vislumbrar as saídas para que se evite ao máximo a ocorrência de tal prática e, quando ela ocorrer, quais são as consequências que melhor condizem com a ordem jurídica nacional e os princípios de proteção à criança e ao adolescente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Graziela. *Entre 2014 e 2015 quase 200 crianças adotadas em SP foram devolvidas*. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/entre-2014-e-2015-quase-200-criancas-adotadas-em-sp-foram-devolvidas.html>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

BANDEIRA, Marcos. *Adoção na Prática Forense*. Ilhéus: Editus, 2001.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Código Civil Brasileiro. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em: 08 mar. 2018

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 30 dez. 2017.

CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; ANDRADE, Nilda Siqueira. *Ponderação de Interesses e "Irrevogabilidade" da Adoção*. Conexão Acadêmica, Itaperuna, v. 5, p. 86-105, 2014.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

COUNLANGES, Numa-Denys Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora das Américas S.A. - EDAMERIS, 1961.

CUNHA, Rogério Sanches. *Manual de Direito Penal: parte especial* (arts. 121 ao 361). 7. ed. – Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias [livro eletrônico]*. 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: direito de família*. v. 5. 25. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil: famílias*. v. 6. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil: direito de família, as famílias em perspectiva constitucional*. v. 6. 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil: responsabilidade civil*. v. 3. 10. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

GHIRARDI, Maria Luiza de Assis Moura. *A devolução de crianças adotadas: ruptura do laço familiar*. Revista Pediatria Moderna, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 66-70, 2009.

GOES, Alberta Emília Dolores de. *Criança Não é Brinquedo: a devolução de crianças e adolescentes em processos adotivos*. Synthesis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 85-93, 2014.

GOMES, Fernanda Cunha. *A nova interpretação constitucional e o juízo de ponderação*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8783>. Acesso em 14 mar. 2018.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática*. Curitiba: Juruá, 2010.

LAVOR, Thays. *Criança devolvida, pai arrependido: o drama das adoções que dão errado*. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40464738>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

LEVY, Lidia; PINHO, Patrícia Glycerio R.; FARIA, Márcia Moscon. *"Família é muito sofrimento": um estudo de casos de "devolução" de crianças*. Psico, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 58-63, 2009.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: famílias*. 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

LORENSI, Fábio Alberto de; SZANIAWSKI, Elimar. *A Destituição da Adoção: um caminho a ser repensado nas adoções desastrosas*. Revista da AJURIS, Porto Alegre, v. 42, n. 137, p. 269-301, 2015.

MACHADO, Antônio Luiz Ribeiro. *O instituto da adoção segundo o código civil e o código de menores machado*. Revista Justitia, São Paulo, v. 46, p. 109-124, 1984.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. *A Adoção no Brasil: algumas reflexões*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 2, p. 356-372, 2010.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 1.0481.12.000289-6/002. Segunda Câmara Cível. Relatora: Des.^a Hilda Teixeira da Costa. Julgado em: 12 ago. 2014. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/135608610/apelacao-civel-ac-10481120002896002-mg/inteiro-teor-135608819>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito de Família*. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. v. 3. – Campinas: Bookseller, 2001.

MOLON, Gustavo Scaf de. *Evolução Histórica da adoção no Brasil (I)*. 2009. Disponível em: <http://www.anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13034:imported_13004&catid=32&Itemid=181>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MORAES, Patrícia Jakeliny F.S.; FALEIROS, Vicente de Paula. *Adoção e Devolução: Resgatando Histórias*. Jundiaí: Pacto Editorial, 2015.

MORELLI, Sílvia França de Souza. *A Devolução de Crianças e Adolescentes no Período do Estágio de Convivência*. Revista da EJUSE, n. 24, p. 73-89, 2016.

PAIVA, Leila Dutra de. *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RIEDE, Jane Elisabete; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. *Adoção e os Fatores de Risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes*. Perspectiva, Erechim, v. 37, n. 138, p. 143-154, 2013.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 2011.020805-7, de Gaspar. Primeira Câmara de Direito Civil. Relator: Des. Joel Dias Figueira Júnior. Julgado em: 12 ago. 2011. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20441959/apelacao-civel-ac-208057-sc-2011020805-7/inteiro-teor-20441960?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 0006658-72.2010.8.26.0266. 9ª Câmara de Direito Privado. Relator: Des. Alexandre Lazzarini. Julgado em: 08 abr. 2014. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120917547/apelacao-apl-66587220108260266-sp-0006658-7220108260266/inteiro-teor-120917557?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. *Famílias Adotivas: identidade e diferença*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 2, p. 285-293, 2006.

SOUZA, Hália Pauliv de. *Adoção tardia: devolução ou desistência de um filho? A necessária preparação para adoção*. Curitiba: Juruá, 2012.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: direito das obrigações e responsabilidade civil*. 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*. v. 5. 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. 13. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. *Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções*. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 14, p. 53-70, 2005.